

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF

VALÉRIA LABORDA IZEL DO ESPÍRITO SANTO

**EDUCAÇÃO FISCAL COMO INSTRUMENTO NA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MANAUS - AM**

Brasília - DF

2010

VALÉRIA LABORDA IZEL DO ESPÍRITO SANTO

**EDUCAÇÃO FISCAL COMO INSTRUMENTO NA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MANAUS - AM**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós Graduação para obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania da Escola de Administração Fazendária – ESAF.

Professor Orientador: Msc. Edson Ronaldo do Nascimento

Professor Co-Orientador: Décio Rui Pialarissi

Brasília - DF

2010

VALÉRIA LABORDA IZEL DO ESPÍRITO SANTO

**EDUCAÇÃO FISCAL COMO INSTRUMENTO NA CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE MANAUS - AM**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania da Escola de Administração Fazendária, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Msc. Edson Ronaldo do Nascimento

Prof. Décio Rui Pialarissi (convidado)

Profa. Olgamir Carvalho

Prof. Wilson Aquino

Brasília, 26 de Fevereiro de 2010.



À Cléia Laborda Izel do Espírito Santo, minha amada mãe, por todo o suporte, esperança e fé, que com suas orações nunca permitiu que as pedras encontradas ao longo do caminho se transformassem em montanhas intransponíveis.

À minha amada avó, que infelizmente não pôde ver este sonho se tornar realidade (*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS



Ao meu Deus, que é o Deus do impossível.

À Secretaria Municipal de Educação de Manaus, por permitir a garantia de início e conclusão deste curso.

À equipe da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, pelo acolhimento quando da realização desta pesquisa.

Ao meu noivo, Alex Sampaio da Silva, por entender meus momentos difíceis e compreender que após a tempestade advém a bonança.

Ao meu Grupo de Oração Raízes de Jessé, por suas orações e torcidas pelo sucesso deste curso.

Ao Grupo Estadual de Educação Fiscal, por seu apoio.

Aos meus queridos amigos Waneza Barroso dos Santos e Raimundo Alberto Amoêdo, meus amados Coquitos, pelas risadas necessárias nos momentos de pressão e apoio mútuo para que a jornada se tornasse possível. Obrigada por me ensinar que a verdadeira amizade independe de distâncias geográficas.

Aos meus queridos tios Adão Alves Ladeira e Alberto da Costa Lima, pelo apoio, torcida e às incansáveis idas e vindas ao aeroporto em minhas partidas e chegadas.



“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses

sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (Paulo Freire)

RESUMO

O estudo objetivou analisar o projeto “Construindo Cidadania”, desenvolvido na Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, na cidade de Manaus – AM, enquanto ferramenta para a implantação do PNEF na escola e se esta implantação contribuiu para a mudança de postura da sua comunidade escolar quanto à conservação e valorização do patrimônio público. O presente estudo justificou-se pela necessidade de investigar o resgate da educação dos valores necessários ao pleno exercício da cidadania, uma vez que a Educação Fiscal subsidia essa reflexão sobre o papel do aluno no mundo, sua responsabilidade sobre o que é seu e de sua comunidade, por meio da construção de conceitos básicos como cidadania, ética, controle social dos tributos, bem-estar social, através de sua aplicação como Tema Transversal nas diversas disciplinas, de forma interdisciplinar. O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, utilizando-se de questionários semi-estruturados para a obtenção dos dados necessários ao estudo, com uma análise qualitativa desses dados obtidos. Evidenciou-se ao final que quando há envolvimento do poder público, tais projetos são ferramentas importantíssimas para que haja aprendizado significativo das temáticas tratadas pela Educação Fiscal junto aos alunos, fazendo com que haja o despertar de sua consciência fiscal, permitindo com que passem a assumir, então, seus papéis de cidadãos na sociedade em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Fiscal; Aprendizado Significativo; Cidadania

ABSTRACT

This study had the objective of analyzing the project “Construindo Cidadania” (Building Citizenship), which was developed at the Journalist Sabá Raposo City School in Manaus – AM, as it was a tool for PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal (National Program for Revenue Education) and whether it contributed for a change in habit of the school’s community concerning the preservation and valuing public patrimony. The present study was necessary in order to investigate the main values of citizenship, since Revenue Education supports the students’ role in the world, and their responsibility about what belongs to themselves and to their community, by developing basic concepts such as: citizenship, ethics, social taxes control, social well-being through its application as a transversal theme in many disciplines. This study was done by field research, using semi-structured questionnaires to collect necessary data with qualitative analysis. As a conclusion, the study shows that when government is involved in such projects, they can become very important tools for the students’ significant learning of Revenue Education themes, allowing them to take charge of their roles as citizens.

KEY-WORDS: Revenue Education; Significant Learning; Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Apresentação do conteúdo de Educação Fiscal aos Alunos.....	12
Figura 2 – Alunos assistindo à palestra inicial.....	12
Figura 3 – Alunos assistindo à palestra inicial.....	12
Figura 4 – Professoras e alunos preparando o stand do I Workshop do Ensino Fundamental.....	12
Figura 5 – Professoras disseminadoras e tutora.....	12
Figura 6 – Jogo desenvolvido pelas professoras e alunos.....	13
Figura 7 – Pannel de fotos.....	13
Figura 8 – Alunos aplicando o jogo.....	13
Figura 9 – Reunião de delegados da Receita Federal da região norte.....	13
Figura 10 – Professora apresentando o projeto.....	13
Figura 11 – Professora apresentando os fanzines produzidos.....	13
Figura 12 – Delegados da RFB região norte.....	14
Figura 13 – Reunião com os alunos do projeto.....	114
Figura 14 – Reunião com os alunos do projeto.....	14
Figura 15 – Stand da escola na Ação Global.....	14

Figura 16 – Aluno apresentando o painel de registros do projeto.....	14
Figura 17 – Aluna apresentando o site da ESAF.....	15
Figura 18 – Vídeo produzido pelos alunos e professores.....	15
Figura 19 – Equipe de alunos selecionados para a Ação Global.....	15
Figura 20 – Alunos, professoras, tutora, coordenador do GEFE estadual e diretor da escola.....	15
Figura 21 – Painel do projeto para o I Encontro de Educação Fiscal da SEMED Manaus.....	15
Figura 22 – Público presente para o I Encontro de Educação Fiscal da SEMED Manaus.....	15
Figura 23 – Apresentação do projeto para o então prefeito de Manaus e demais assessores.....	16
Figura 24 – Cobertura da imprensa local ao I Encontro de Educação Fiscal da SEMED Manaus.....	16
Figura 25 – Alunos e professoras disseminadoras presentes no evento.....	16
Figura 26 – Pedagogos presentes no I Encontro de Sensibilização em Educação Fiscal para pedagogos.....	16
Figura 27 – Apresentação do projeto para os pedagogos da rede municipal de ensino.....	16
Figura 28 – Saída dos alunos para excursão à Alfândega de Manaus.....	17
Figura 29 – Alunos e professores no ônibus da excursão.....	17
Figura 30 – Chegada dos alunos à Alfândega.....	17
Figura 31 – Recepção da excursão pelo Delegado da RFB em Manaus.....	17
Figura 32 – Explicação sobre a Alfândega aos alunos e professores.....	17

Figura 33 – Visita guiada.....	17
Figura 34 – City-tour realizado em parceria com uma faculdade particular.....	18
Figura 35 – Chegada da excursão ao Teatro Amazonas.....	18
Figura 36 – Explicação aos alunos sobre a história do monumento antes da visita.....	18
Figura 37 – Alunos e professora no ônibus da faculdade.....	18
Figura 38 – Equipe presente na Mostra Municipal de Tecnologias Educacionais.....	18
Figura 39 – Alunos apresentando o projeto na Mostra Municipal de Tecnologias Educacionais.....	18
Figura 40 – Professoras apresentando os resultados do projeto ao restante da escola.....	19
Figura 41 – Corpo docente e discente presente para a apresentação de resultados.....	19
Figura 42 – Alunos apresentando o desenvolvimento do projeto.....	19
Figura 43 – Alunos apresentando os fanzines produzidos.....	19
Figura 44 – Alunos em frente à escola.....	19



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28



Figura 29



Figura 30



Figura 31



Figura 32



Figura 33



Figura 34



Figura 35



Figura 36



Figura 37



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42



Figura 43



Figura 44

LISTA DE GRÁFICOS

Professores que não fazem parte do projeto

Gráfico 1.....	22
Gráfico 2.....	22
Gráfico 3.....	22
Gráfico 4.....	22
Gráfico 5.....	22
Gráfico 6.....	22
Gráfico 7.....	22
Gráfico 8.....	22
Gráfico 9.....	22

Professores que fazem parte do projeto

Gráfico 10.....	22
Gráfico 11.....	22
Gráfico 12.....	22
Gráfico 13.....	22
Gráfico 14.....	22
Gráfico 15.....	22
Gráfico 16.....	22
Gráfico 17.....	22
Gráfico 18.....	22

Alunos que não fazem parte do projeto

Gráfico 19.....	22
Gráfico 20.....	22
Gráfico 21.....	22

Gráfico 22.....	22
Gráfico 23.....	22
Gráfico 24.....	22
Gráfico 25.....	22
Gráfico 26.....	22
Gráfico 27.....	22

Alunos que fazem parte do projeto

Gráfico 28.....	22
Gráfico 29.....	22
Gráfico 30.....	22
Gráfico 31.....	22
Gráfico 32.....	22
Gráfico 33.....	22
Gráfico 34.....	22
Gráfico 35.....	22
Gráfico 36.....	22

Professores que não fazem parte do projeto

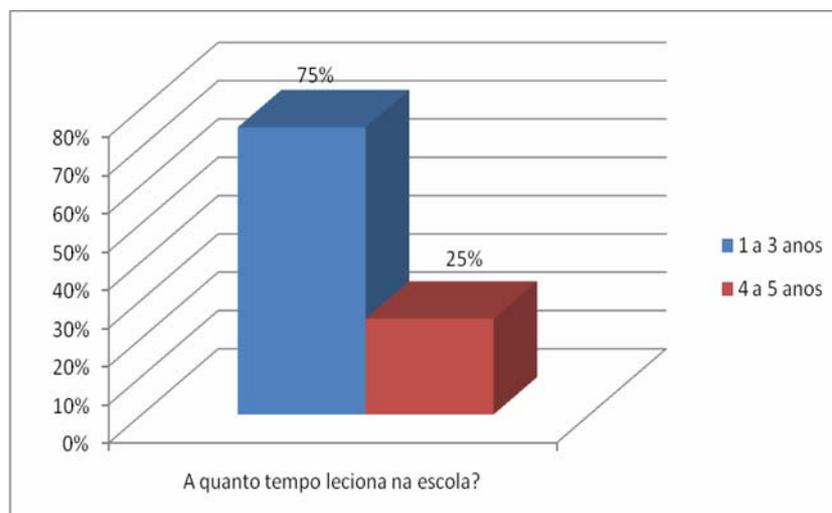


Gráfico 1



Gráfico 2

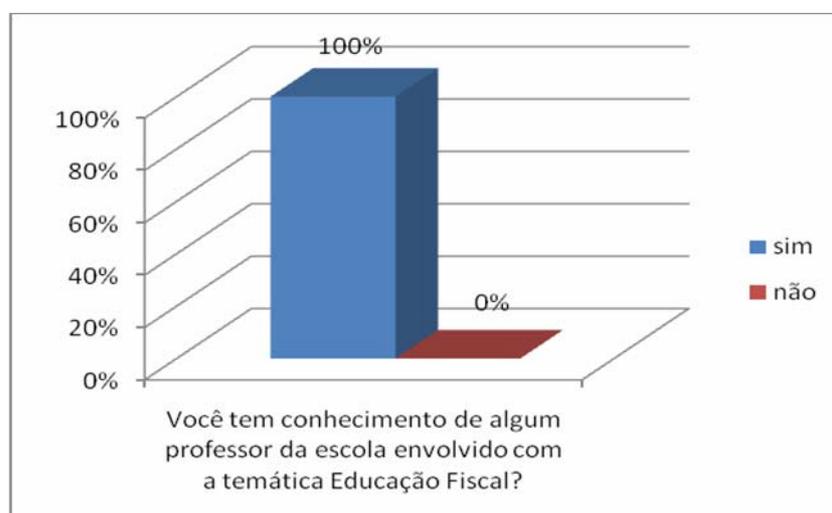


Gráfico 3

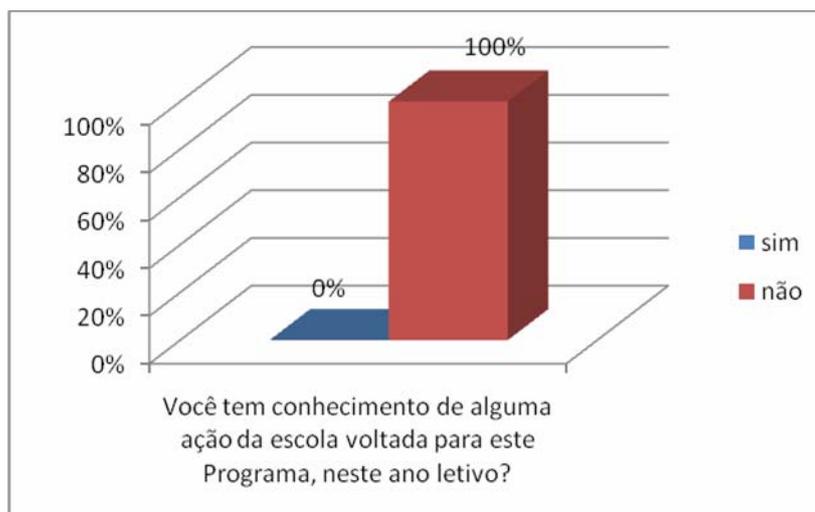


Gráfico 4



Gráfico 5



Gráfico 6

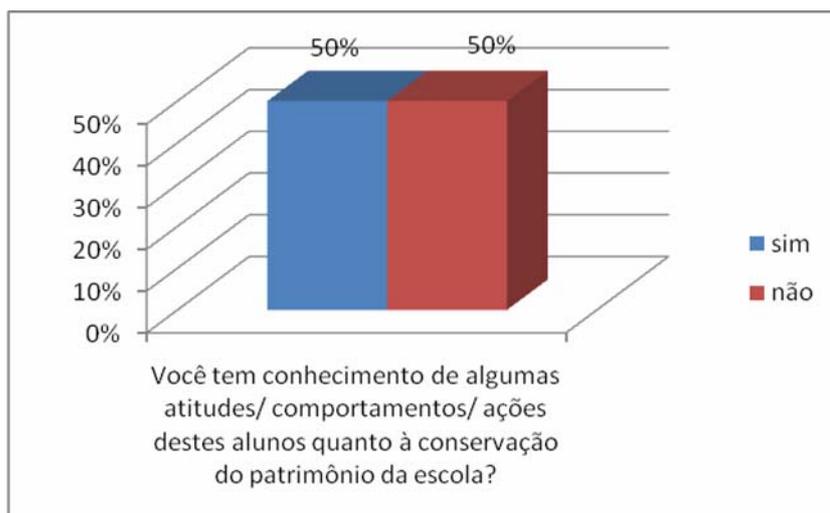


Gráfico 7

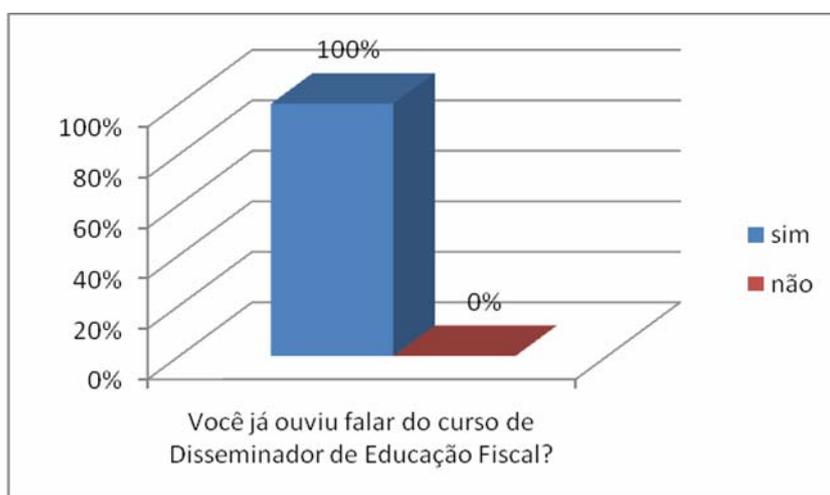


Gráfico 8

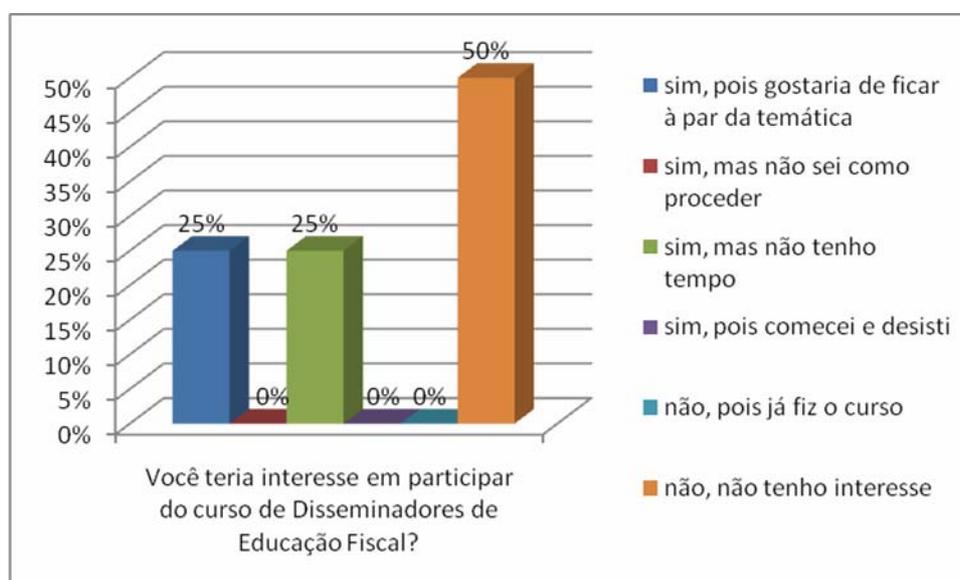


Gráfico 9

Professores que fazem parte do projeto

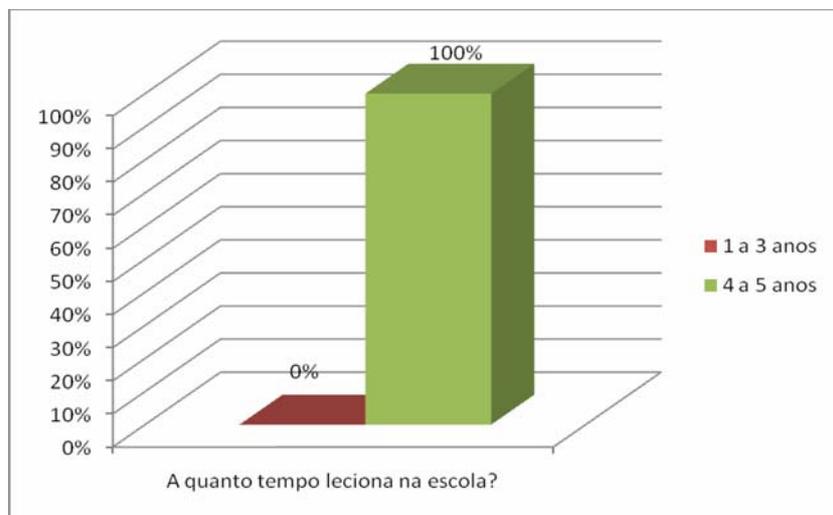


Gráfico 10

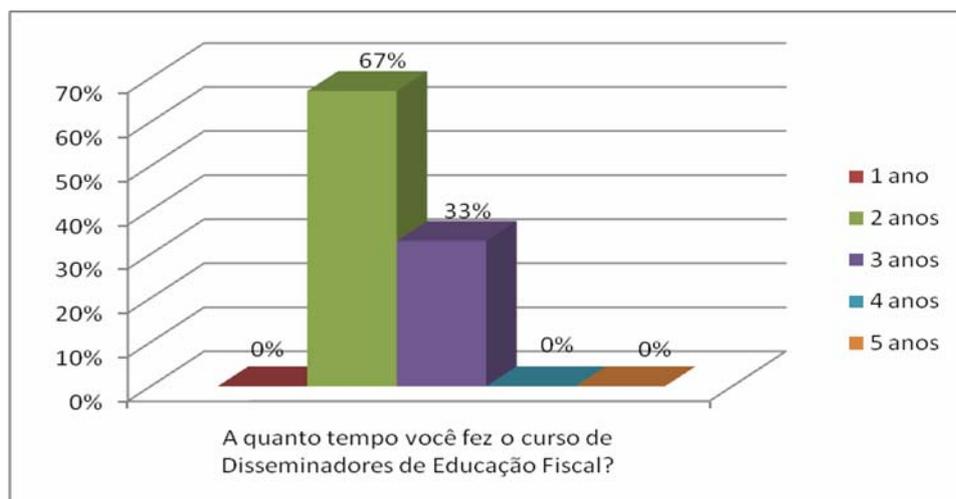


Gráfico 11

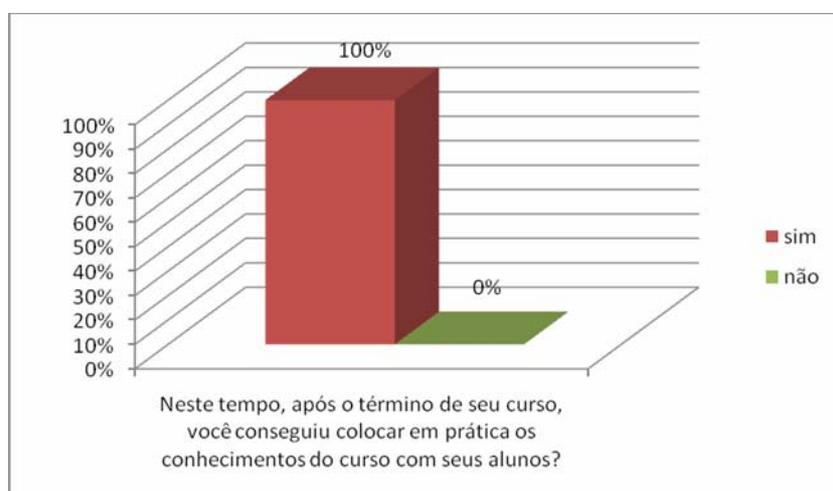


Gráfico 12

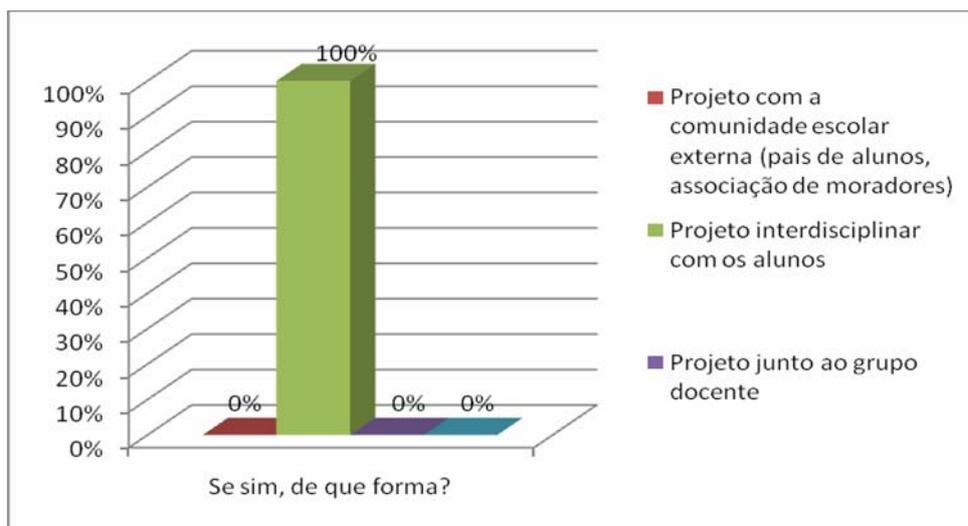


Gráfico 13

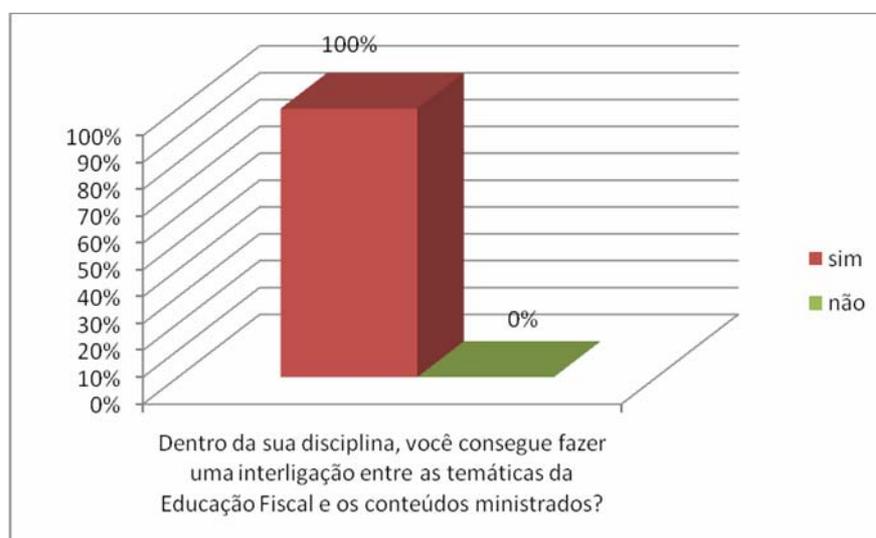


Gráfico 14

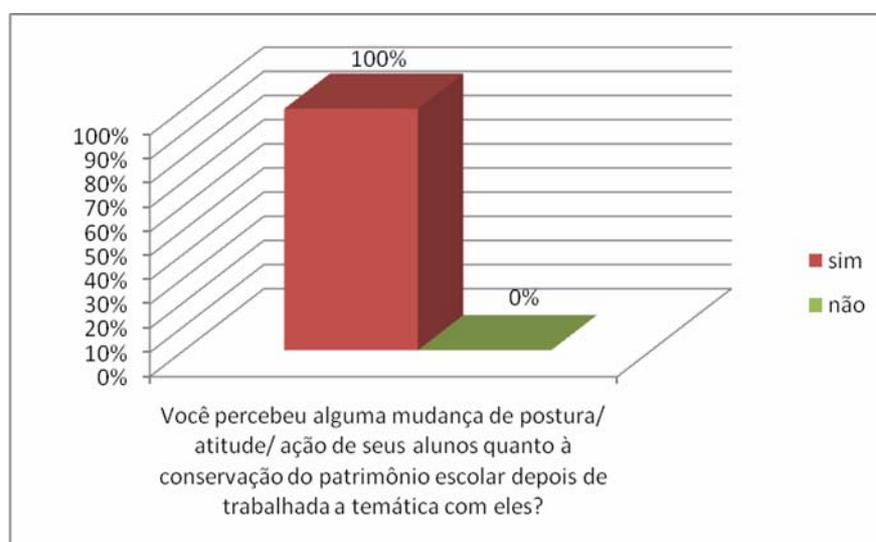


Gráfico 15

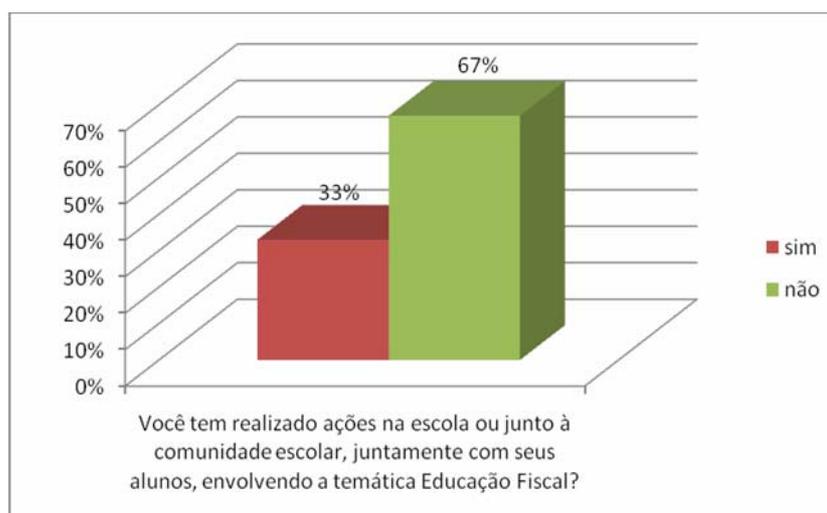


Gráfico 16

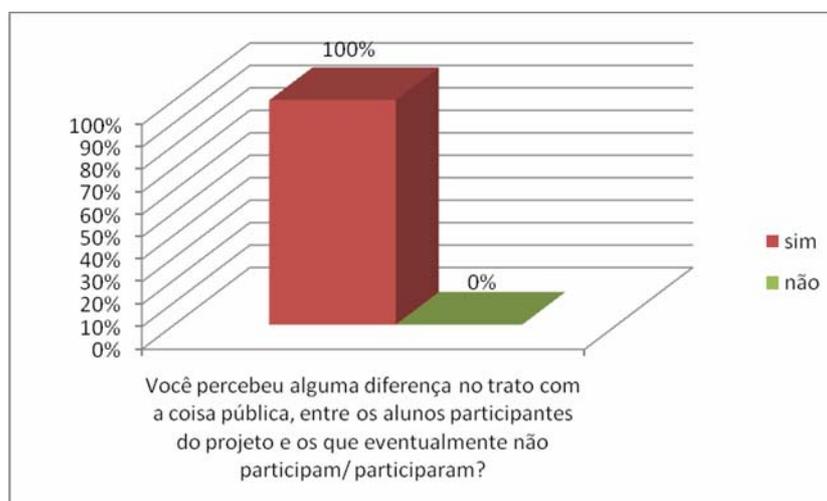


Gráfico 17

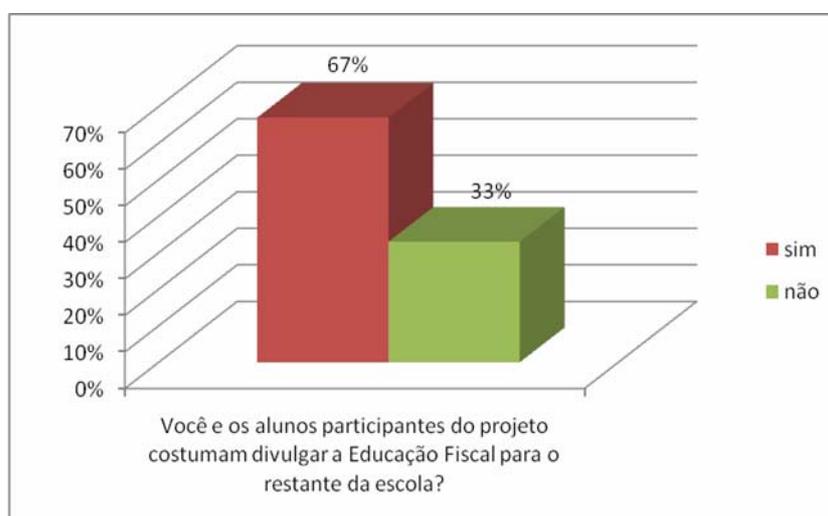


Gráfico 18

Alunos que não fazem parte do projeto

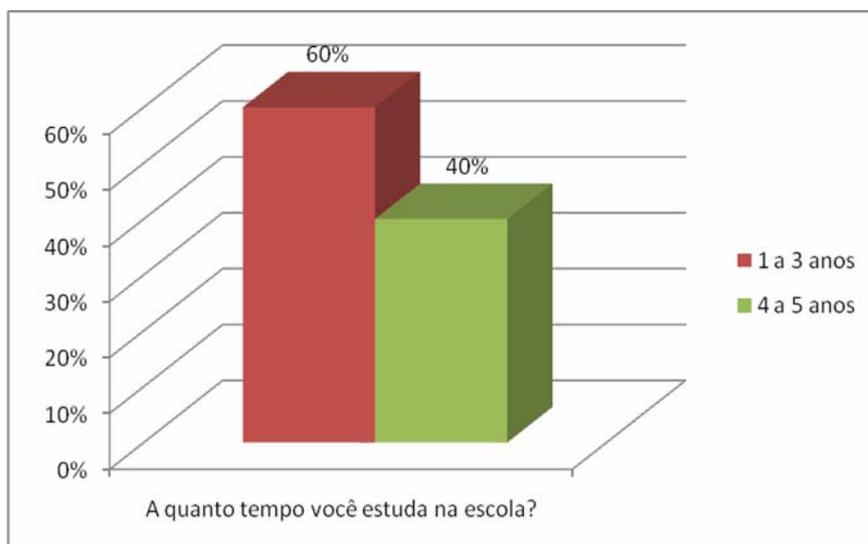


Gráfico 19

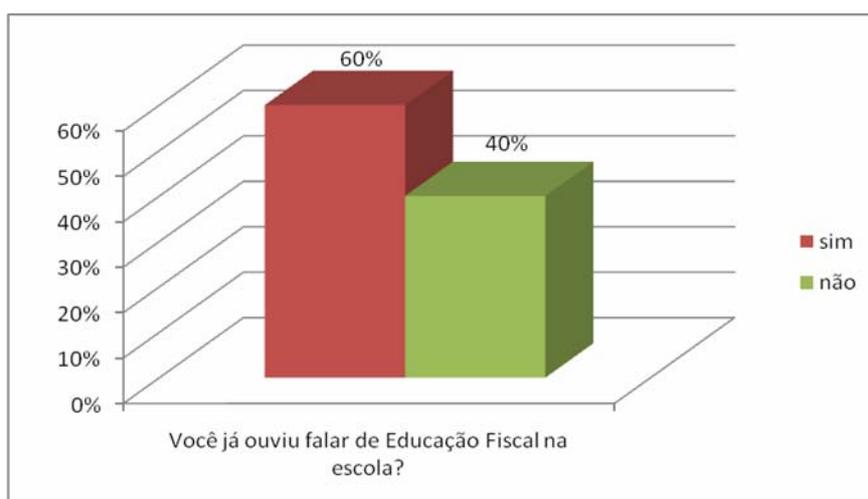


Gráfico 20

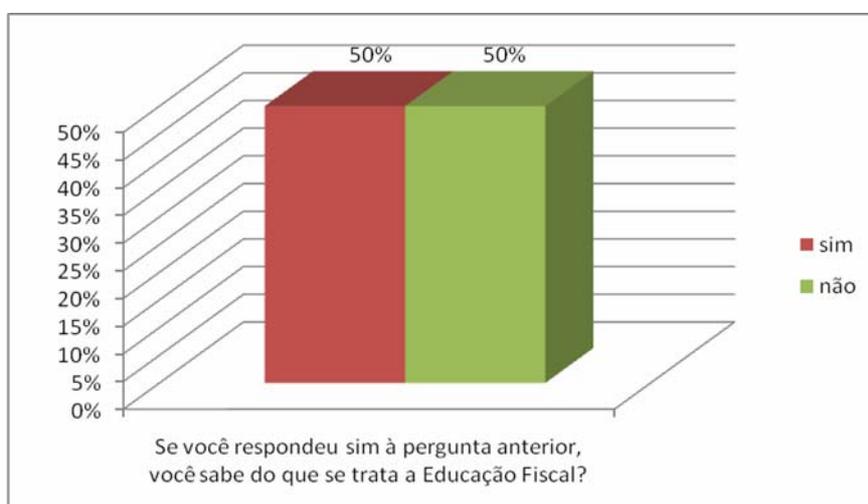


Gráfico 21

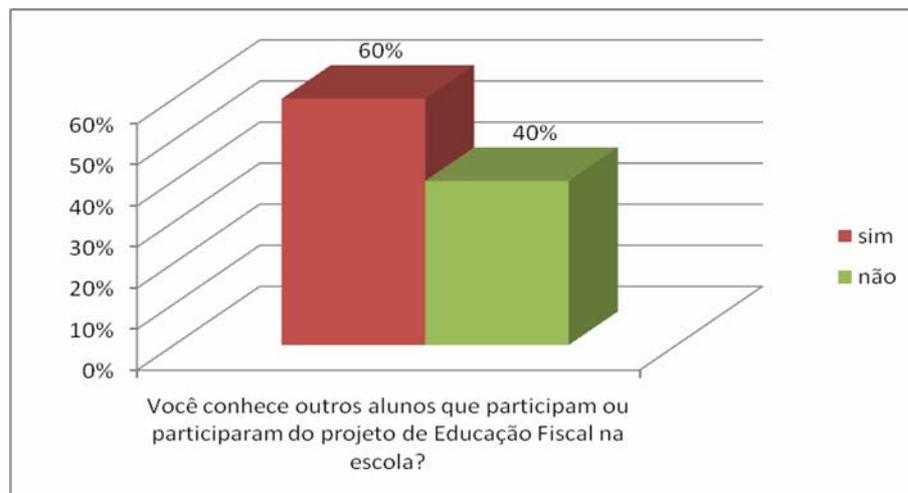


Gráfico 22

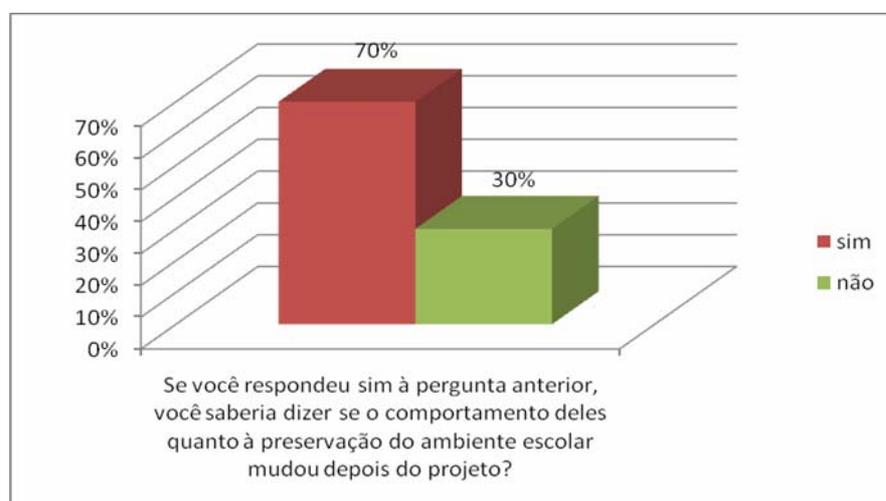


Gráfico 23

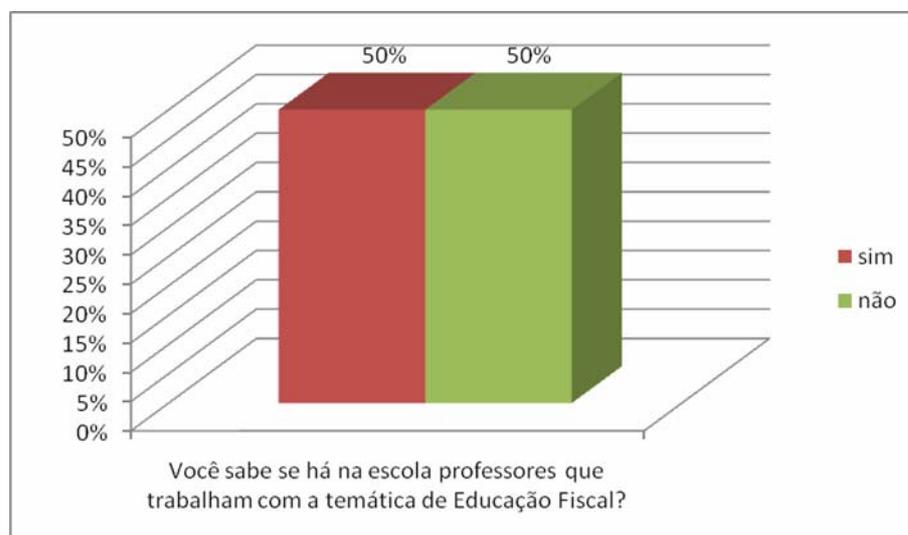


Gráfico 24

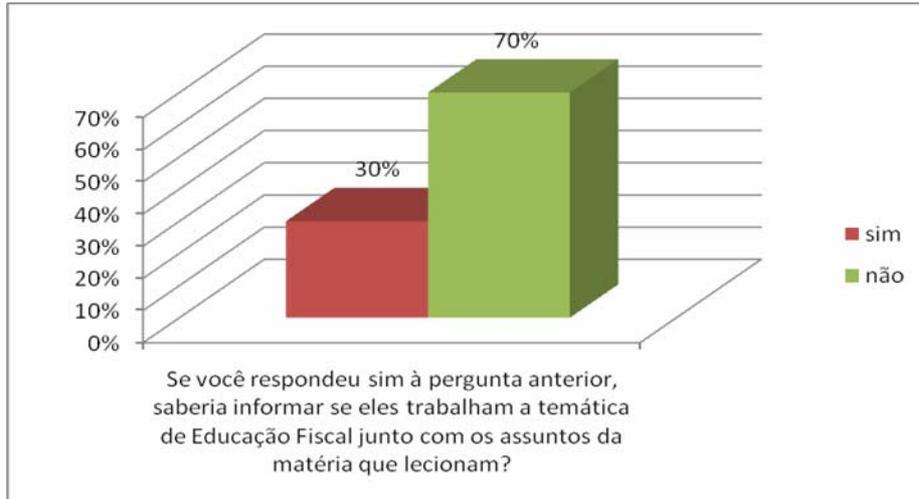


Gráfico 25

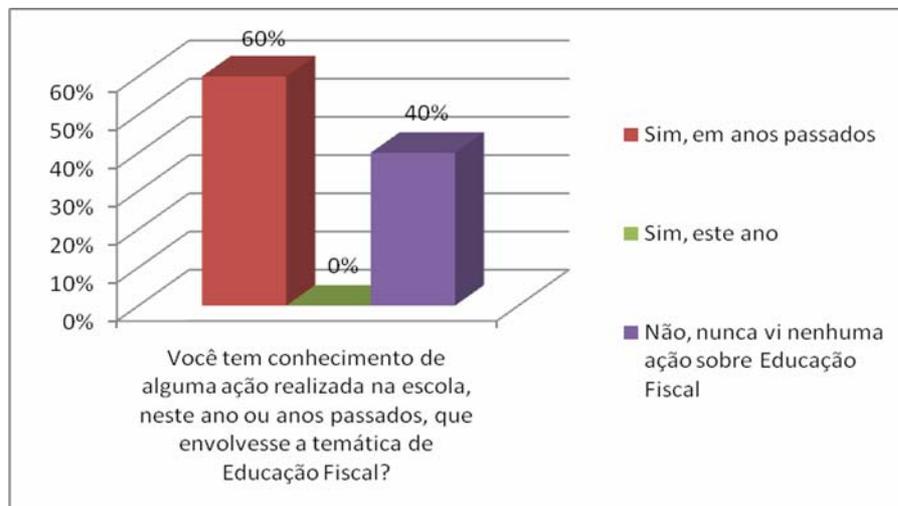


Gráfico 26

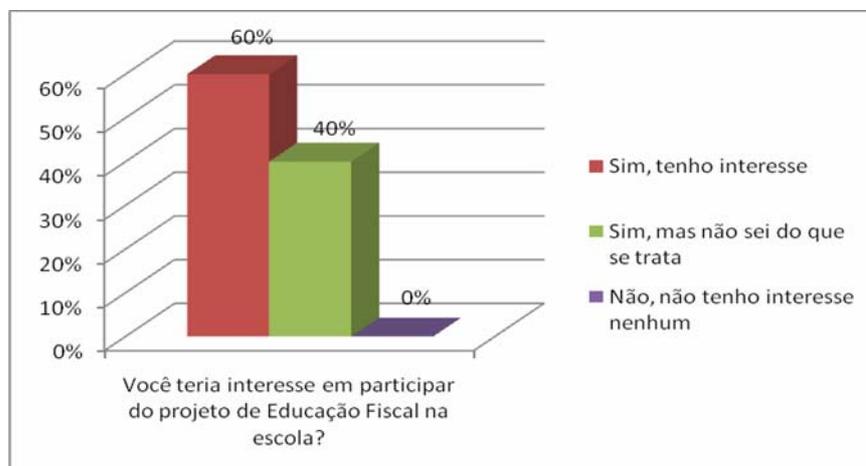


Gráfico 27

Alunos que fazem parte do projeto



Gráfico 28

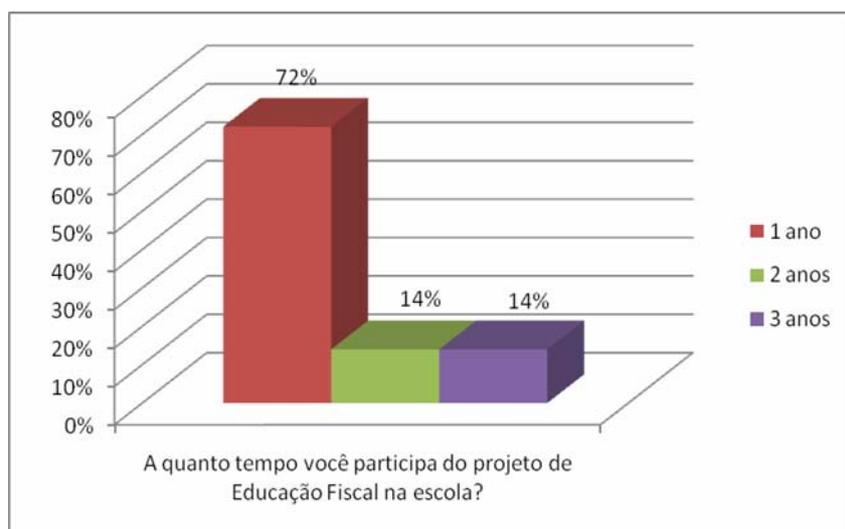


Gráfico 29

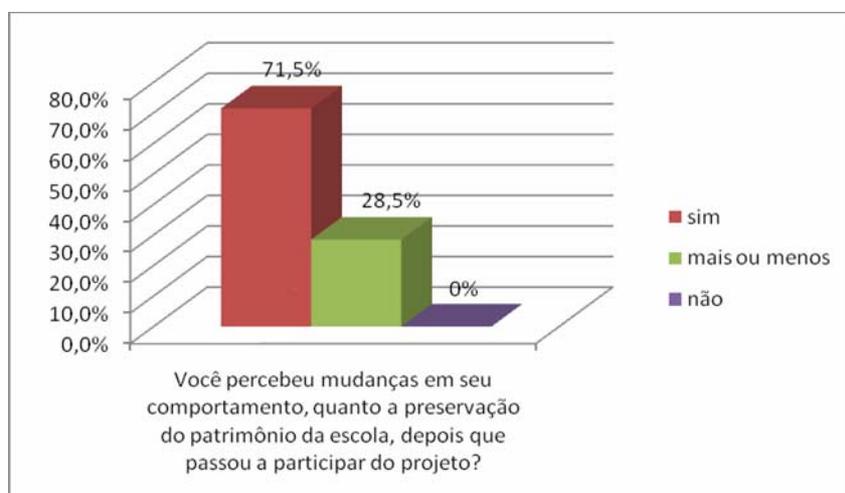


Gráfico 30

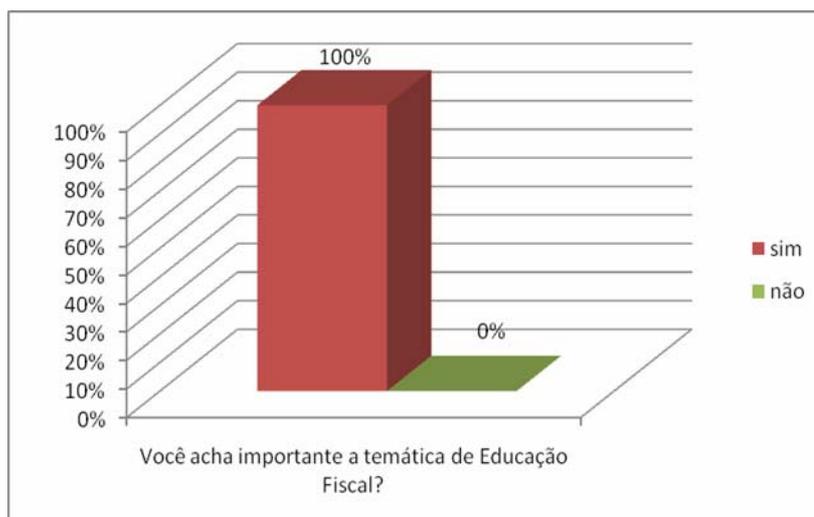


Gráfico 31

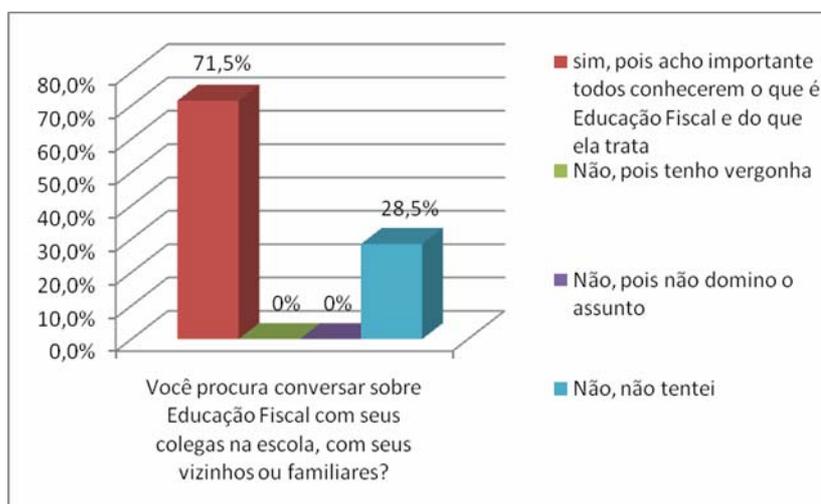


Gráfico 32

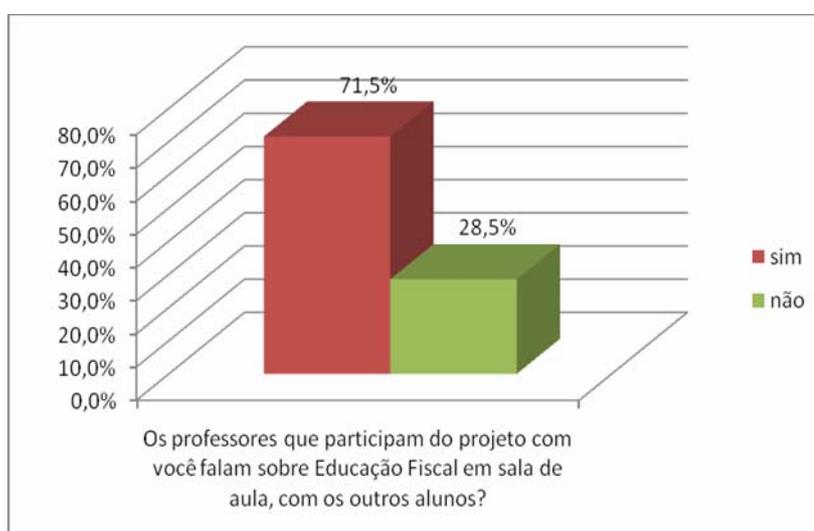


Gráfico 33

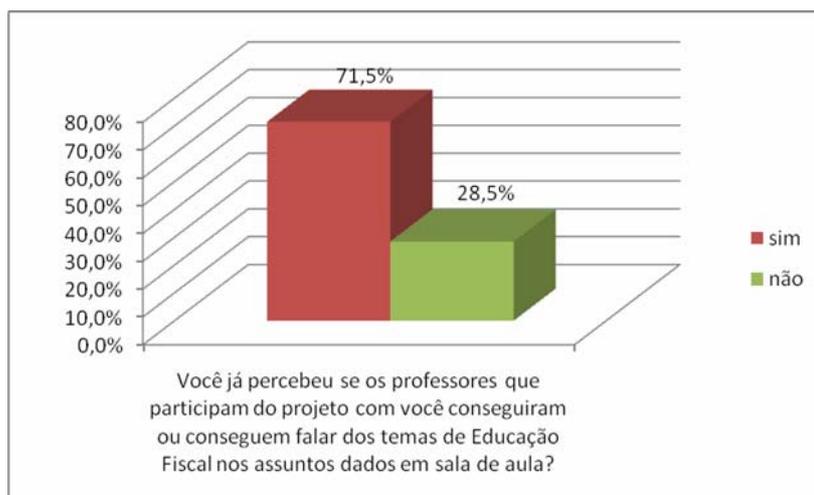


Gráfico 34

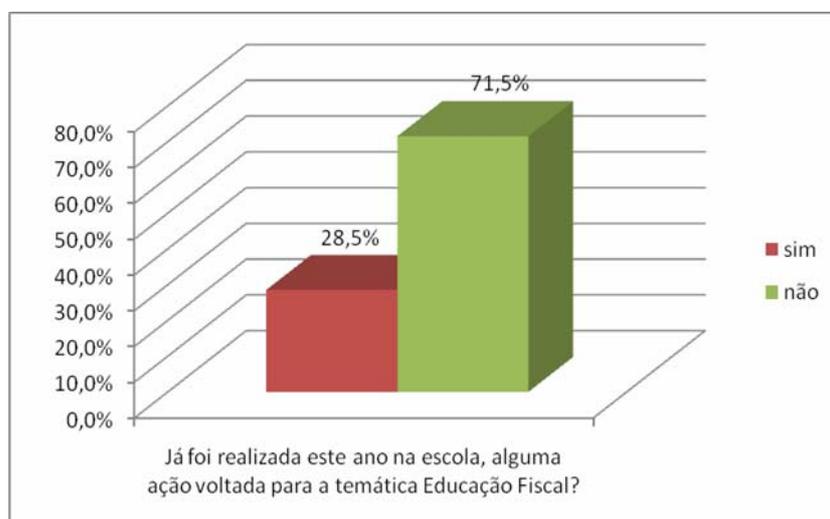


Gráfico 35

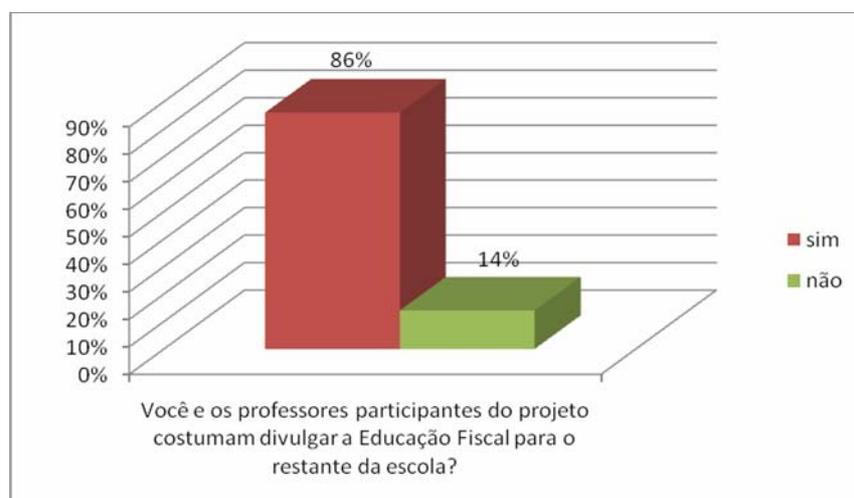


Gráfico 36

SUMÁRIO

Introdução.....	35
Capítulo 1 – Referencial teórico.....	38
1.1 – Do papel do professor.....	38
1.2 – A educação enquanto instrumento da cidadania.....	39
1.3 – Cidadania e participação.....	41
Capítulo 2 – Metodologia.....	42
2.1 – Sujeitos da pesquisa.....	42
2.2 – Abordagem da pesquisa.....	43
2.3 – Os instrumentos da pesquisa.....	44
2.4 – Análise dos dados.....	44
Capítulo 3 – O projeto “Construindo Cidadania”: um breve histórico..	45
Capítulo 4 – O projeto hoje.....	48
Capítulo 5 – Apresentação dos dados obtidos.....	50
Capítulo 6 – Discussão dos dados obtidos.....	57
Capítulo 7 – Considerações finais.....	63
Referências.....	65
Anexos.....	67

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é um Programa de caráter permanente, gerenciado nacionalmente pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) situada em Brasília, DF, em conjunto com órgãos e instituições parceiras vinculadas ao Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU em nível federal, e Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda e Finanças) e ao Ministério da Educação (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação).

Seu embrião foi originado no ano de 1996 no seminário do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAZ), sob o tema “Administração Tributária” realizado na cidade de Fortaleza – CE.

Como alternativa de esclarecer a relação entre o Fisco e a sociedade e o retorno qualitativo do pagamento de tributos, foi inserido inicialmente como tema Educação Tributária, tendo como objetivo o ensino do programa de consciência tributária nas escolas.

Em setembro do mesmo ano, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal, constando no anexo do acordo a elaboração de um programa de caráter permanente de conscientização tributária, a ser desenvolvido nas unidades da Federação.

Em julho de 1997, o CONFAZ aprovou a criação do Grupo de Trabalho de Educação Tributária, constituído por representantes do Ministério da Fazenda e Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e Distrito Federal.

No mês de março de 1999, houve alteração no nome do Programa, que passou ter a denominação que possui até os dias atuais, tendo em vista a abrangência de suas ações, uma vez que sua abordagem não se restringe apenas aos tributos, mas à sua alocação e gestão.

Em dezembro de 2002, foi publicada a Portaria nº. 413, sendo signatários os Ministros de Fazenda e Educação, reformulando o Grupo de Trabalho de Educação

Fiscal nos três níveis governamentais e definindo as competências dos órgãos envolvidos em sua gestão e implementação local nas Unidades Federativas.

Dessa forma, compreende-se a Educação Fiscal, em sentido restrito,

como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador. (PNEF, 2004)

Em sua vertente social, a Educação Fiscal vem a ser o instrumento de esclarecimento sobre o que vem a ser o Estado (suas origens, seus objetivos) e do controle social sobre os gastos públicos, uma vez que a participação social só ocorre em um ambiente democrático.

Somos sabedores que somente com a participação da sociedade nas decisões que regem a vida em comum, poderemos ter a garantia de que haverá o retorno esperado pela população dos tributos pagos em forma de qualidade de vida.

Nesse contexto, pelo fato de o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) estabelecer uma de suas molas propulsoras na parceria com as instituições de ensino regular a fim de formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos quanto à tributação e seus repasses por meio do Estado, para lhes garantir qualidade de vida em forma de políticas públicas, nasce a oportunidade da realização de um estudo voltado para a valorização do patrimônio público e para a função sócio-econômica do tributo deste mesmo estabelecimento de ensino.

Tal interesse se justifica pelo fato de a escola investigada ter sido atingida pelo PNEF por meio de cinco educadores que participaram do curso de formação *on-line* de Disseminadores de Educação Fiscal. Tais educadores fizeram seu projeto de conclusão do curso com foco na necessidade de não depredação de seu patrimônio, uma vez que a mesma é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

Os mesmos visualizaram nesta questão um bom momento de sensibilização de seus alunos quanto ao não desperdício de verba pública, uma vez que o que seria

gasto na reforma da escola, ou na reposição de objetos por eles depredados, poderia ser revertido para outras necessidades da comunidade onde a escola está inserida: policiamento, urbanização, saúde, saneamento básico, entre outras.

Dessa forma, a função sócio-econômica do tributo vem ao encontro de um dos papéis da escola, enquanto fórum privilegiado, para discussões acerca da cidadania, ética e participação política dos cidadãos na vida em sociedade, sendo este o objetivo geral traçado para este estudo: investigar se a implantação do PNEF na Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo contribuiu para a mudança de postura da sua comunidade escolar quanto à conservação e valorização de seu patrimônio público.

Os objetivos específicos do estudo foram: Investigar os fatores que levaram à implantação do PNEF na escola, verificar até que ponto se desenvolveu a consciência tributária dos alunos participantes do projeto, bem como dos demais alunos da escola, quanto à depredação do patrimônio público da escola, verificar a transversalidade do projeto desenvolvido na escola.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1– Do papel do professor

Quando falamos em educação para a cidadania, não podemos deixar de citar Paulo Freire (1996), quando volta seus estudos para uma educação libertária do homem, enquanto sujeito de sua própria história, e consciente de seu próprio inacabamento.

Para Freire, o professor necessita tomar consciência de que enquanto agente do processo educativo de seus alunos, ele não é um transferidor de conhecimento, mas um agente capaz de criar possibilidades para a sua construção e produção, pois enquanto ente formativo precisa ter imbuído em si a reflexão crítica sobre sua prática docente de tal forma que “o discurso teórico necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal forma concreto que quase se confunda com a prática” (ibid. p. 39).

Dessa forma, o professor crítico, consciente de ser um sujeito histórico, consciente de seu inacabamento, de sua inconclusão enquanto este mesmo ser histórico, sabe que pode ir muito além deste inacabamento. Tem consciência de que apesar de as

condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo (ibid. p. 54),

sabe também que estas mesmas barreiras não se perpetuarão. Portanto, a ação educativa do professor deve perpassar pela coerência entre o que diz, escreve e faz.

Enquanto ser social, participante de uma realidade sócio-político-econômica, sua prática docente interventiva deve crer-se não-neutra, pois é inviável, segundo Freire, que haja uma neutralidade no campo educacional. Acima de tudo, o professor necessita tomar campo de sua politicidade e decidir a quem serve sua prática pedagógica: ao Estado conservador ou à transformação profunda e radical da sociedade em que se insere, e dessa forma transformar a realidade de seus alunos.

Assim, o professor deve ser um educador-pesquisador, pois ensinar exige pesquisa, uma vez que segundo o autor, não é possível ensino sem pesquisa, e nem o contrário também pode ser possível, pois ensino e pesquisa se encontram inseridos um no outro. Para ele, enquanto o professor ensina, continua buscando; ensina porque busca, porque indagou; porque indaga e se indaga. Pesquisa para constatar; constatando, intervém; intervindo, educa e se educa.

1.2– A educação enquanto instrumento da cidadania

Pelo fato de a educação ser essencialmente uma política social, torna-se indispensável que por meio dela, em seu ambiente mais formal, ou seja, pela escola, a cidadania tenha seu espaço mais amplo de discussão e construção de instrumentos para o seu efetivo exercício. E como política social, não está dissociada das políticas públicas necessárias à manutenção de um Estado que se proponha zelar pelo bem-estar social de sua população, em especial a grande massa populacional que recorre à rede de ensino pública.

Quando falamos que a educação é uma política social inserida nas políticas públicas, devemos antes de tudo nos ater ao que se trata de políticas públicas. De um modo geral, as definições de políticas públicas assumem uma visão global do tema, numa perspectiva em que o todo é mais importante do que a soma das partes e onde indivíduos, instituições, interações, ideologias e

interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa entre esses fatores. Por isso, uma teoria geral sobre políticas públicas implica na busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

Dessa forma, o conceito que mais se aplica a este estudo é o que define política pública

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' **e/ ou** analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações [...]. a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (KIPNIS, 2008, p. 17, grifo do autor).

Nesse sentido adotaremos o estudo de Azevedo (2004) sobre a educação como política pública, onde a autora situa a educação como política pública diante de várias correntes sócio-político-filosóficas, de acordo com o modelo de sociedade que se pretende estabelecer.

Ao discutirmos a educação como instrumento para a formação da cidadania, a coletânea de três ensaios de autoria de Buffa, Arroyo e Nosella (2007) nos levará a reflexões sobre a educação voltada para a vertente da educação burguesa, para a educação e a exclusão da cidadania e a suposta função educativa de formar cidadãos dentro das escolas, assim como a educação no foco marxista de Gramsci.

Ao tratarmos mais especificamente de consciência fiscal, utilizaremos o estudo de Barbosa (2005), com o objetivo de esclarecer a relação Estado x contribuinte. Como suporte teórico voltado para a cidadania, utilizaremos ainda a obra de Manzini-Covre (2007), freqüentemente citada em estudos voltados

ao esclarecimento da cidadania quanto a suas bases históricas, filosóficas e político-econômicas.

1.3– Cidadania e participação

O ser humano enquanto sujeito social, somente exerce sua cidadania a partir do momento em que exige que seus direitos sejam respeitados e que o Estado, enquanto mantenedor social cumpra seu papel de garantir o bem-estar social por meio de qualidade de vida e dignidade à sua população, através da transparência de suas ações e gastos.

Para tanto, a obra organizada por Cury e Tosta (2007) virá jogar luz às questões relativas à participação social em conselhos e colegiados, quanto à ação ética do professor em sala de aula, como modelo a ser seguido por aqueles a quem pretende imputar uma consciência cidadã, no caso o alunado.

Ao tratarmos mais especificamente sobre a ética, estudaremos a obra de Valls (2008) a respeito de suas origens, bem como os pressupostos filosóficos que a compõem como um campo de estudo complexo e de difícil definição, assim como sua importância no contexto mundial e nacional vigente.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1 – Sujeitos da Pesquisa

Inicialmente, tínhamos selecionado como sujeitos desta pesquisa, 08 professores de diferentes disciplinas, que já participaram ou estão participando do curso de Disseminador de Educação Fiscal e ainda 08 professores que não participam do projeto desenvolvido na escola ou que não conhecem a temática de Educação Fiscal, e 40 alunos, sendo 20 alunos participantes do projeto e 20 alunos não participantes do projeto.

Contudo, ao chegarmos à escola para a realização da aplicação dos instrumentos de pesquisa, a realidade que encontramos foi completamente adversa.

motivos administrativos da Secretaria Municipal de Educação, duas das professoras integrantes da equipe do projeto desenvolvido na escola tiveram suas cadeiras removidas para outras escolas e outra professora desligou-se da escola para a realização de seu mestrado. Os demais professores passaram suas lotações para o turno matutino, se desvinculando do projeto, restando somente três professoras do quadro da equipe em seu turno de origem.

Quanto aos alunos participantes do projeto, em sua grande maioria cursando o último ano do Ensino Fundamental, houve uma grande evasão para outras escolas, devido ao grande período em que a escola precisou interromper seu período letivo, no meio do ano, para a realização de reforma estrutural, uma vez que não poderiam ser prejudicados na realização dos exames a serem prestados ao final do ano letivo para admissão ao Ensino Médio. Nos restando um número bastante reduzido para a realização de amostragem (somente 10 alunos).

Quanto aos demais sujeitos, também tivemos dificuldade quanto ao quantitativo inicialmente estipulado. Pelo fato de a escola ter entrado em calendário especial, a fim de recuperar o período letivo em que ficou em reformas, também encontramos a escola em uma dinâmica atípica, nos possibilitando aplicar os questionários com metade do inicialmente planejado.

2.2 – Abordagem da pesquisa

Optamos por procedimentos que nos subsidiarão em dados qualitativos e quantitativos, caracterizando o estudo como uma abordagem mista, pois segundo Sellitz et. al. (1975), ambas as abordagens possuem limitações, portanto esta abordagem mista nos favorecerá em suas complementações de forma mútua.

No entanto, a fim de evitar uma pesquisa tendenciosa mais para uma abordagem do que para outra, optamos por uma análise qualitativa dos dados quantitativos obtidos.

O estudo se caracteriza por um estudo de caso, pois por meio dele, segundo Chizzoti (2001), o pesquisador poderá ter dados suficientes para “fundamentar um julgamento fidedigno quando propor uma intervenção”.

Quanto à aplicação dos questionários os sujeitos foram divididos em quatro grupos distintos:

Grupo 1: professores que não fazem/ fizeram parte do projeto;

Grupo 2: alunos que não fazem/ fizeram parte do projeto;

Grupo 3: professores que fazem parte do projeto;

Grupo 4: alunos que fazem/ fizeram parte do projeto.

2.3 – Os instrumentos da pesquisa

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados quantitativos serão questionários padronizados por grupo de sujeitos, estruturados por meio de perguntas com respostas fixas (ou fechadas), pelo fato de serem mais práticas de serem preenchidas pelos sujeitos, serem menos dispendiosas quanto à sua tabulação e exigirem menos tempo para tal, e ainda com respostas subjetivas.

Optamos ainda por esses instrumentos, pois perguntas fechadas podem “aumentar a segurança de que as respostas são dadas num quadro de referência significativo para o objeto da pesquisa e sob uma forma utilizável na análise” e ainda porque “são adequadas para a obtenção de informação sobre fatos (...) e para expressões de opiniões sobre questões a respeito das quais as pessoas têm opiniões claras” (SELLITZ et. al., 1975, p. 289/ 293), e as respostas subjetivas nos proporcionarão certo aprofundamento sobre situações específicas, uma vez que os sujeitos terão oportunidade de expor suas opiniões sobre tais situações.

2.4 – Análise dos dados

Utilizamos o recurso da informática no auxílio à tabulação dos dados e elaboração dos gráficos necessários à análise dos dados obtidos, por meio de Planilha Excel, do sistema operacional Office 2007.

CAPÍTULO 3 – O projeto “Construindo Cidadania”: um breve histórico

No ano de 2007, cinco professoras de diferentes disciplinas juntamente com o diretor da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, localizada na zona norte da cidade de Manaus, participaram do curso de Disseminadores de Educação Fiscal, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, onde tivemos a oportunidade de realizar a tutoria dos mesmos ao longo do curso.

Ao seu término, foi sugerido que os participantes desenvolvessem um projeto pedagógico com aplicação em suas escolas, onde teriam a oportunidade de pôr em prática todo o conhecimento adquirido ao longo do curso, junto aos seus alunos.

A equipe de educadores da referida escola desenvolveu, então, o projeto “Construindo Cidadania”, voltado aos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, pois esta era a clientela de alunos para quem lecionavam, tendo a característica de ser um projeto interdisciplinar, uma vez que as professoras envolvidas eram de diferentes licenciaturas.

Como etapa inicial do projeto – onde o objetivo seria identificar os alunos que mais se adequassem ao perfil de “disseminadores mirins”, através da identificação com o tema – as professoras reuniram os alunos, por turmas, no auditório da escola para a realização de uma palestra introdutória sobre Educação Fiscal, onde foram projetados, com auxílio de data show e computador, os conteúdos do curso de disseminador de Educação Fiscal, por meio do CD ROM interativo com as aulas off-line.

A partir de então, iniciou-se o processo de seleção destes alunos, a fim de trabalhá-los quanto aos conteúdos do Programa Nacional de Educação Fiscal.

Com o apoio da direção escolar, foram realizadas também reuniões com os pais dos alunos selecionados para o projeto, a fim de esclarecê-los quanto ao seu conteúdo e de possíveis dúvidas quanto à sua metodologia.

Com isso, o projeto passou a se desenhar como piloto na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, sendo a Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo a pioneira em toda a rede municipal de ensino, até então, a ter um projeto voltado para a temática de Educação Fiscal, em grande porte, abrangência e visibilidade, dentro do foco de conservação e valorização do patrimônio público.

Para que o projeto pudesse ter aceitação junto à sua clientela, as professoras elaboraram pequenos fanzines com conteúdos voltados para a Educação Fiscal. Com linguagem acessível e bastante ilustrado, cada fanzine tratava de temas referentes aos módulos do curso on-line (ver anexos).

Em um segundo momento, em conjunto com os alunos-disseminadores, foi desenvolvido um jogo didático chamado “Trilha da Cidadania”, onde a cada casa percorrida pelos jogadores, estes deveriam responder perguntas voltadas para a prática da cidadania, da ética e da política.

À medida que o projeto foi ganhando visibilidade, as professoras e os alunos passaram a representar a escola, assim como a Secretaria Municipal de Educação em eventos externos, como a reunião regional dos delegados da Receita Federal do Brasil e Ação Global. Por meio destes eventos, surgiram oportunidades de algumas parcerias para o projeto (ver relação de figuras).

Com a parceria junto à Receita Federal, as professoras tiveram a possibilidade de realizar uma excursão guiada à Alfândega do Porto de Manaus, onde os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o processo alfandegário das cargas portuárias, assim como conhecer o prédio histórico do período áureo do Ciclo da Borracha, onde a mesma se situa, ampliando o projeto para as turmas menores de 4ª série e Aceleração da Aprendizagem de outro turno da escola (ver relação de figuras).

Junto a uma faculdade particular da cidade de Manaus, através do seu curso de Turismo, foi possível a realização de *city tour* pelos prédios e monumentos históricos da capital, quando muitos alunos de 5ª a 8ª séries puderam conhecer de perto fatos da História do Amazonas, no período da *Béle Époque*, quando foram construídos (ver relação de figuras).

Dentro da própria SEMED, as professoras e os alunos tiveram a oportunidade de levar ao conhecimento de toda a rede municipal de ensino o projeto desenvolvido na escola, por meio de participação no I Workshop do Ensino Fundamental, desenvolvido por sua Gerência de Ensino Fundamental, assim como a participação na XI Mostra Municipal de Tecnologias Educacionais, uma vez que o projeto passou a englobar a inclusão digital dos alunos por meio do uso das tecnologias educacionais para a produção de vídeo sobre o projeto, assim como slides em PowerPoint onde explicavam todas as etapas do desenvolvimento do projeto (ver relação de figuras).

Com a necessidade de ampliação da temática em sua rede de ensino, no ano de 2008, as professoras tiveram a oportunidade de divulgar seu relato de experiência em dois eventos de grande porte realizados pela Secretaria, através de sua Gerência de Ensino Fundamental: o encontro com diretores da SEMED, que contou com a presença do então prefeito da cidade, onde os alunos puderam fazer demonstrações do jogo desenvolvido por eles e pelos professores orientadores, assim como apresentação de um grande painel com registros sobre o desenvolvimento do projeto; e o encontro específico com pedagogos e professores (ver relação de figuras). Ambos os eventos contaram com cobertura da imprensa local, e posteriormente ilustrando matéria específica sobre a conservação do patrimônio público em um dos jornais de maior circulação na cidade (ver anexos).

No segundo semestre de 2008, a escola contou ainda com reforço para a Educação Fiscal com a conclusão do curso de Disseminadores de Educação Fiscal por parte mais quatro professores, realizando dessa forma uma reelaboração do projeto que já estava em andamento, sendo programado um redimensionamento de suas ações para o ano letivo de 2009.

CAPÍTULO 4 – O PROJETO HOJE

Com o início do ano letivo de 2009, o projeto “Construindo Cidadania” passou por problemas de cunho administrativo-pedagógico-estruturais, que comprometeram seriamente sua reavaliação e prosseguimento das ações previstas para aquele ano.

No início do ano de 2009, com a posse da nova administração municipal, a Secretaria Municipal de Educação realizou as já previstas mudanças administrativas em sua rede, o que obviamente afetou a Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo com a troca de direção escolar e saída de professores envolvidos direta ou indiretamente no projeto, pelo fato destes últimos não serem efetivos na rede municipal de ensino e a chegada de professores concursados para suas respectivas cadeiras e ainda a saída de uma das professoras para que pudesse cursar seu mestrado no Estado de Goiás.

Contudo, as professoras remanescentes permaneciam com o intuito de continuar com as ações previamente planejadas, mas nos meses de março a maio a escola passou por sério problemas com invasão de pragas urbanas (pombos), fazendo com que a mesma tivesse suas aulas suspensas por um espaço de tempo (cerca de 1 mês) por motivo de risco de doenças causadas por estas, até que o problema fosse sanado.

As aulas recomeçaram com atropelos no calendário escolar, pois o tempo de parada necessitava ser repostado, a fim de que os alunos não sofressem danos com relação aos conteúdos escolares, fazendo com que as ações previstas para o primeiro semestre não acontecessem. Ficando, portanto para o segundo semestre.

Após o retorno do recesso escolar do meio do ano, a escola necessitou, novamente, ter seu calendário escolar suspenso para que pudessem ser realizadas reformas estruturais, ficando suas aulas suspensas por cerca de três meses mais ou menos, prejudicando mais ainda o andamento do projeto.

Pelo fato de grande parte dos alunos participantes deste estarem cursando, à época, o último ano do Ensino Fundamental, estes não poderiam ter este longo atraso em seu ano letivo, uma vez que sua grande maioria prestaria exames de admissão ao Ensino Médio no final do ano letivo, e precisariam ter conteúdo para tais exames, foi preciso que pedissem transferência para outras escolas onde o ano letivo corresse normalmente.

Com o término das reformas, a escola, infelizmente, necessitou retornar dentro de um calendário escolar especial, onde as aulas deveriam se estender até o mês de janeiro de 2010, com aulas aos sábados e feriados para que pudesse cumprir com o mínimo de horas efetivamente letivas exigido pelo Ministério da Educação.

Dessa forma, o projeto ficou em suspenso, tendo suas atividades canceladas para que os professores pudessem cumprir exclusivamente com seus conteúdos didáticos, não sobrando espaço para outras atividades concomitantes.

Todas essas situações alheias à vontade das professoras orientadoras do projeto, fez com que tanto elas como seus alunos, lamentavelmente, se desestimulassem com a continuidade do mesmo para o ano de 2010.

Em conversa informal com as mesmas, outros fatores citados contribuíram para que esse desestímulo fosse aumentado, o que depois foi constatado por nosso estudo com as respostas abertas aos questionários aplicados.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS

Para que pudéssemos ter um retrato fidedigno do projeto “Na trilha da cidadania” desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008, na Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, e seu status atual, realizamos aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas tanto com alunos e professores que não fizeram parte do projeto, quanto com os sujeitos envolvidos em seu desenvolvimento.

De acordo com gráficos referentes à tabulação das perguntas fechadas aplicadas aos professores que fazem parte do projeto, pudemos verificar que todas lecionam na escola há mais de três anos, o que significa que há um bom conhecimento da realidade local vivida pelos alunos, assim como as possibilidades de se trabalhar essa mesma realidade com eles. O fato de todas terem realizado o curso a mais de dois anos, também significa que houve tempo para amadurecimento de temas voltados para a Educação Fiscal que sejam significativos para a realidade dos alunos.

Todas declararam conseguir pôr em prática os conhecimentos do curso com seus alunos por meio de projeto interdisciplinar, o que favoreceu uma aprendizagem bastante significativa. Outro indicativo bastante consistente que nos comprovam as possibilidades interdisciplinares da Educação Fiscal foi o fato de todas terem respondido que conseguem fazer uma interligação entre os conteúdos lecionados em suas disciplinas específicas e as temáticas da Educação Fiscal.

Quanto à mudança de comportamento dos alunos com relação à conservação do patrimônio escolar, todas as professoras responderam que a mudança foi bastante visível após a temática ter sido trabalhada com eles.

67% das professoras informaram não estar realizando quaisquer ações na escola junto à comunidade escolar envolvendo a temática Educação Fiscal,

o que demonstra que mesmo tendo dificuldades, alguns professores, mesmo sendo minoria, se esforçam para que a temática permaneça viva na escola.

Todas afirmaram que foi perceptível a diferença no trato com a coisa pública entre os alunos que participaram do projeto e os demais, confirmando o que já foi dito anteriormente sobre os bons resultados da aprendizagem significativa, e demonstrando, ainda, que um dos objetivos do projeto (que era fazer com que os alunos envolvidos se tornassem “disseminadores-mirins”) foi alcançado com sucesso.

A maioria das professoras informou também que elas e os alunos que participaram do projeto, costumam divulgar a Educação Fiscal para o restante da escola, demonstrando que o projeto continua em ação, porém de forma informal.

Conforme as respostas obtidas nas perguntas abertas do mesmo questionário, pudemos extrair que quando perguntados de que forma se deu a mudança de postura dos alunos com a coisa pública, após a temática ter sido trabalhada com eles, as professoras informaram que isso se deu através da adoção de uma postura mais crítica, ética e responsável junto aos seus materiais escolares doados pela Secretaria Municipal de Educação e diante de fatos políticos, no âmbito nacional e no local; por meio de um maior diálogo com seus pais e também melhora em seus aproveitamentos e rendimentos escolares.

A minoria de professoras que informou continuar realizando ações na escola, quando perguntadas de que forma realizavam essas ações, responderam que a cada aula retiram 5 minutos para trabalhar a temática com seus alunos; quanto àquelas que informaram não estar realizando quaisquer ações, alegaram não estar realizando por falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação quanto à temática como um todo e quanto ao projeto especificamente, principalmente por ausência de material didático para a confecção de material para a execução de ações do projeto e transporte para as excursões planejadas.

Quando perguntadas que diferenças no trato com a coisa pública eles passaram a observar nos alunos que passaram a participar do projeto e os demais alunos, responderam que isso se deu por meio de sensibilização dos demais alunos quanto à conservação do patrimônio escolar e do reconhecimento da coisa pública como sua e do próximo.

Ao aplicarmos os questionários junto aos alunos participantes do projeto, em suas respostas fechadas, obtivemos que mais da metade (57%) estuda na escola a mais de 01 ano, ou seja, conhecem o projeto já a partir de seu andamento.

72% participam do projeto a um ano, ficando dividido o restante entre os que participam há dois anos e três anos. Todos responderam que acham importante a temática de Educação Fiscal.

Quando perguntados se procuravam conversar sobre Educação Fiscal com seus colegas na escola, com vizinhos ou familiares, eles responderam que sim, pois acham importante todos conhecerem o que é Educação Fiscal e do que ela trata (71,5%), outros responderam que não tentaram falar a respeito (28,5%).

Maioria dos alunos pesquisados (71%) respondeu que os professores que participam do projeto falam sobre Educação Fiscal em sala de aula com os outros alunos. O mesmo quantitativo respondeu que os professores disseminadores conseguem falar dos temas de Educação Fiscal também dentro dos conteúdos disciplinados, comprovando, novamente, as possibilidades interdisciplinares da temática e seu uso para uma aprendizagem significativa para os alunos.

Grande parte dos respondentes afirmou que não foi realizada na escola nenhuma ação voltada para a Educação Fiscal no ano letivo de 2009, contudo 86% dos alunos afirmaram que eles e as professoras costumam divulgar a Educação Fiscal para o restante da escola. O que podemos entender, novamente, é que apesar de não ter sido realizada nenhum evento ou ação na

escola voltada exclusivamente para a Educação Fiscal, a mesma continua a ser divulgada na escola de forma informal.

Algumas destas questões foram mais bem esclarecidas pelos alunos ao responderem as questões abertas do questionário.

Quando perguntados sobre o que acham de mais importante na Educação Fiscal, os alunos responderam que o fato de passarem a conhecer seus direitos e deveres como cidadãos, passarem a ficar mais atentos a fatos políticos, passarem a analisar criticamente determinados fatos, passarem a disseminar a consciência cidadã e a valorizar o patrimônio público, era o mais importante. Essas respostas confirmam que quando há uma aprendizagem significativa, os alunos respondem com sucesso a objetivos previamente estabelecidos.

Sobre os motivos pelos quais achavam que não foi possível realizar ações na escola no ano de 2009, os alunos responderam que isso se deu pela falta de interesse dos alunos, pelas muitas paradas durante o ano e por falta de apoio por parte da direção da escola.

Com relação aos professores que não faziam parte do projeto, obtivemos que 75% destes lecionam na escola entre um a três anos e 25% de quatro a cinco anos; todos os pesquisados responderam saber o que é o Programa Nacional de Educação Fiscal.

Quando perguntados se têm conhecimento sobre professores envolvidos com a temática Educação Fiscal na escola, todos responderam que sim, contudo informaram não ter conhecimento de ações realizadas na escola voltadas para a temática no ano letivo de 2009, mas responderam ter conhecimento de ações realizadas em anos letivos passados.

75% afirmaram ter conhecimento de alunos envolvidos no projeto desenvolvido na escola. Quando perguntados se tinham conhecimento de algumas ações destes alunos com relação à conservação do patrimônio da escola, 50% dos professores pesquisados neste grupo, responderam que sim,

enquanto outros 50% não ter conhecimento de tais ações. Esses dados nos revelam algo bastante relevante para o estudo: indicam que pode haver falta de divulgação dessas ações por parte dos alunos-disseminadores.

Quando questionados se já ouviram falar do curso de Disseminadores de Educação Fiscal, todos os pesquisados responderam que sim, contudo ao serem perguntados sobre seu interesse em participar do curso, o resultado foi de 50% de professores declarando não possuir qualquer interesse em participar do curso, enquanto 25% disseram ter interesse e outros 25% responderam que gostariam de realizar o curso, mas não possuem tempo para tal.

Esses dados são bastante preocupantes, uma vez que os professores continuam a ser a principal clientela do curso on-line de Disseminadores de Educação Fiscal. Ora, entendemos que se a principal clientela deixa de ter interesse nesse curso de aperfeiçoamento tanto profissional, quanto de sua própria cidadania, o mesmo deixa de ter sentido.

Contudo, avaliando essa situação, podemos indicar que tal falta de interesse na realização do curso, seja pela falta de retorno da continuidade do projeto desenvolvido na escola, vista por parte deste grupo, como falta de incentivo por parte da mantenedora, passando então a ser visto como mais um trabalho a ser acumulado sozinho pela escola, o que foi demonstrado informalmente pelos mesmos durante a aplicação dos questionários.

Ainda com relação aos professores que não fazem parte do projeto, quando perguntados, nas questões abertas, sobre as ações realizadas em anos letivos passados, voltadas para a Educação Fiscal, estes responderam que foram realizadas ações voltadas para a conservação do patrimônio escolar, palestras, visitas e participação na Ação Global.

Os que responderam ter conhecimento sobre ações dos alunos participantes do projeto, acerca da valorização do patrimônio escolar, estes responderam que isso se dava por meio da sensibilização de outros alunos, e pela própria atitude de não depredação do patrimônio por parte destes alunos.

O que comprova, novamente, que quando há um aprendizado significativo, seus resultados são duradouros.

Para corroborar os dados obtidos junto demais grupos pesquisados, aplicamos questionários também junto aos alunos que não fazem parte do projeto.

Sessenta por cento dos alunos pesquisados estudam na escola a pelo menos mais de um ano, o que significa que acompanharam o surgimento do projeto. O mesmo percentual respondeu que já ouviu falar sobre Educação Fiscal na escola, contudo, destes, somente 50% saberiam dizer do que se trata a temática.

Quando perguntados se conheciam outros alunos da escola que participam ou participaram do projeto de Educação Fiscal na escola, somente 40% disseram que não conheciam alunos envolvidos com o projeto. Os 60% que informaram conhecer alunos participantes do projeto, responderam que seus comportamentos mudaram com relação à preservação do ambiente escolar.

Ao responderem se há na escola professores que trabalham com a temática Educação Fiscal na escola, 50% dos alunos pesquisados respondeu que sim, enquanto outros 50% respondeu que não. Identificando que a divulgação da temática junto aos demais alunos não tem sido tão eficiente.

Dos 50% de alunos que afirmaram conhecer professores disseminadores, 70% não souberam responder se os mesmos professores trabalham a Educação Fiscal juntamente com os conteúdos de suas disciplinas, diferentemente do que afirmaram os alunos participantes do projeto. Este é outro dado revelador, pois pode indicar que estes alunos não conhecem os conteúdos da Educação Fiscal, para que possam identificá-los com clareza dentro dos conteúdos das demais disciplinas, e assim perceber quando estes são tratados.

Ao responderem se tinham conhecimento de ações realizadas na escola voltadas para a Educação Fiscal, 60% responderam que têm conhecimento de ações realizadas em anos letivos passados, enquanto os 40% restantes respondeu nunca ter visto quaisquer ações sobre Educação Fiscal.

Quando perguntados se teriam interesse em participar do projeto de Educação Fiscal na escola, 60% afirmaram que sim e 40% afirmaram que têm interesse, mas não sabem do que se trata (nenhum afirmou não ter interesse, o que nos indica que os alunos têm interesse em trabalhos onde possam se sentir parte ativa de seu desenvolvimento, assim como por novas temáticas).

Ao responderem pergunta aberta sobre a mudança de comportamento dos colegas que fazem parte do projeto, quanto à valorização do patrimônio escolar, estes afirmaram que mudou por meio do aumento de interesse dos mesmos pelos estudos, passaram a ficar mais comportados durante as aulas e passaram a se posicionar de forma mais crítica sobre alguns assuntos.

CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

Pudemos observar, por meio dos dados obtidos que, quando trabalhado de forma significativa para os alunos, os conteúdos deixam de ser estanques, distantes de sua realidade, passando a ser algo vivido cotidianamente de forma dinâmica.

É por meio da aprendizagem significativa que o professor poderá chegar aos saberes socialmente construídos na prática comunitária de seus alunos, especialmente quando tratamos de conteúdos tão dinâmicos e atuais quanto os que compõem a proposta da Educação Fiscal.

O professor, enquanto agente da produção do saber de seus alunos, tem o papel de despertar questionamentos, para si mesmo, quanto à sua prática social e pedagógica na escola, o que referenda a importância do professor-disseminador na comunidade escolar. Em Freire (1996, p. 30) podemos encontrar tais questionamentos:

Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida nesse descaso?

Tais questões nos levam a refletir, portanto, que o professor, ao lidar com questões desta natureza, precisa inquietar-se por e com seus alunos. Precisa fazer com que se percebam sujeitos de suas próprias histórias, possuidores de direitos e deveres para com o Estado e uma vez que se percebam seres históricos, é necessário que sejam despertados para a criticidade.

Um dos indicadores que levantamos quando da aplicação dos questionários junto aos professores, com relação aos alunos envolvidos no projeto, ao serem perguntados sobre as mudanças que estes apresentaram em suas posturas após serem trabalhados os conteúdos da Educação Fiscal, foi justamente a criticidade que estes alunos passaram a ter diante de determinados assuntos ou situações.

O grande desafio do professor-disseminador, neste caso, é exatamente levar a curiosidade inicial dos alunos sobre um tema novo e diferente do que já viram na escola, a se tornar ações concretas dentro de sua vida cotidiana, seja com seus pares, seus pais ou comunitários. Esta situação está justificada em Freire (ib. id, p. 31), quando este nos diz que

a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência.

E enxergamos que uma das formas de transformar a curiosidade ingênua dos alunos em uma curiosidade epistemológica, é trabalhar os conteúdos inter e transdisciplinarmente por meio de projetos pedagógicos, onde os alunos passam a ser os executores e os professores exercem o papel de mediadores do aprendizado significativo, pois ensinar não é simplesmente passar conhecimento, principalmente quando se trata de Educação Fiscal, onde seus temas estão latentes em nossa sociedade. Neste caso, entendemos o ensino como o ato de criar possibilidades para que os alunos tenham a sua própria construção.

Nesse processo, a educação escolar passa a ser um instrumento essencial para o exercício da cidadania e base da construção de uma

sociedade democrática e de cidadãos capazes de agir politicamente; conforme Saviani (in CAPDEVILLE, apud. CURY e TOSTA, 2007, p. 71)

[...] a democracia só se consolida na medida em que cada um de seus membros esteja capacitado para participar das decisões, para opinar sobre os rumos da sociedade, para interferir, para apresentar seus próprios pontos de vista e contrastá-los com pontos de vista diversos.

E é exatamente isso a que se propõe a Educação Fiscal no contexto escolar: formar cidadãos autônomos, críticos e conscientes de que seus atos ou suas omissões refletem diretamente na qualidade de vida dos demais, sabedores do verdadeiro papel do Estado e capazes de estabelecer uma relação harmoniosa com o poder público.

Assim, entendemos que a educação, dentro das políticas públicas determinadas por um Estado, seja a que mais se destaca enquanto forma de libertar seus cidadãos do estado de “catarse coletiva” com relação ao seu próprio bem-estar social, em que enxergam na escola uma possível rota de fuga da situação precária em que vivem, principalmente a grande massa populacional de baixa renda, pois segundo Azevedo (2004, p.20) “num plano abstrato formal, a teoria liberal moderna da cidadania é norteada por uma concepção de Estado que postula a sua responsabilidade na promoção do bem comum”.

Sendo assim escola tem lugar principal nesse processo, pois segundo a autora (ib. id. p.28),

à medida que as sociedades tornam-se mais complexas, cresce a importância da educação e da escola como *locus* em que se deve processar a distribuição mais igualitária de poder. O processo educativo é visto como fornecedor das bases do conteúdo do próprio

poder, conteúdo que se traduz no acesso ao conhecimento e à informação, requisitos para o exercício de comportamentos e de atitudes racionais.

Dentro de uma visão libertária, podemos enxergar na escola que se preocupa com a formação holística de seus alunos, que ultrapassa os muros físicos e acadêmicos das disciplinas ali ministradas, colocando-os verdadeiramente frente a frente com a realidade que os cerca, despertando-os para uma consciência cidadã, uma escola que cumpre o seu papel de preparar cidadãos maduros e seguros de seu papel na sociedade para que possam cobrar com segurança, do Estado e de seus mandatários, o cumprimento do seu papel acima de tudo de forma ética.

Mas não somente a escola pode ser este instrumento. Ela não pode ser um fim em si mesma, pois não podemos nos deixar levar pela visão romântica de que o povo é imaturo politicamente, o que justificou nas últimas décadas a exclusão da sua cidadania, necessitando de uma “educação para a cidadania”. Não podemos nos deixar levar pela falsa ideologia de que é necessário que o povo, antes de tudo, passe por uma formação escolar a fim de se tornar ciente de seus direitos e obrigações diante do Estado, corroborando a posição colocada por Arroyo (2007, p. 37) quando nos diz que

Enquanto não estiverem todos aptos a entender os valores da nova ordem, enquanto não estiverem constituídos como cidadãos por obra e graça da educação, uma minoria sábia, esclarecida, moderna e racional governará e decidirá por todos e para o bem de todos.

Segundo o autor, esse processo, que ele chama de “domesticação ideológica” (ib.id. p.39), em que as massas populares precisam conquistar sua participação política e social através da vinculação entre educação e cidadania, para que possam ser reconhecidos como cidadãos e deixem a sua barbárie

inicial, não será superado pelos profissionais da educação até que estes retirem da obscuridade de teorias e lógicas ultrapassadas, os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania, pois para Arroyo (ib. id. p. 76)

O povo age como sujeito de direitos bem antes de ser reconhecido como tal. O reconhecimento é apenas a aceitação e a tolerância das elites frente a situações de fato.

Outro indicador que nos chamou a atenção quando da tabulação dos questionários aplicados junto aos professores, com relação aos alunos participantes do projeto, foi o fato de que todos afirmaram ter observado mudanças no trato com a coisa pública por parte destes alunos, indicando que houve o despertar da consciência fiscal destes alunos.

Para Barbosa (2005, p.68), essa consciência fiscal “funda-se no estado de espírito daquele que é conhecedor de quanto paga e qual seu sacrifício para manutenção dos serviços públicos”. Conforme os dados obtidos, foi possível observar que de fato os alunos que passaram a participar ativamente do projeto, passaram a valorizar o emprego do erário público advindo dos tributos pagos pelos seus pais na manutenção patrimonial da escola, assim como se seus materiais escolares repassados pela Secretaria Municipal de Educação. Refletindo também no seu interesse pelas aulas das demais disciplinas, uma vez que passaram a tomar consciência de que os professores também são pagos por este mesmo erário.

Foi importante desmistificar para estes alunos que não somente pessoas que possuem renda elevada pagam impostos, mas que seus pais pagam igualmente, retirando-os da chamada “anestesia fiscal” (BALEEIRO, Aliomar. apud. BARBOSA, ib. id., p. 69), em que

O grosso da população, sob o peso regressivo de impostos de venda, consumo, selo etc., supõe que os tributos recaem sobre os ombros dos grandes interesses não estão comprometidos pelas medidas contribuintes ou não pensa de modo algum nesses assuntos. Acredita que seus interesses não estão comprometidos pelas medidas financeiras.

Dessa forma, pudemos observar que o projeto desenvolvido na Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, quando de seu desenvolvimento nos anos de 2007 e 2008, conseguiu, dentro de suas ações, atingir os objetivos traçados inicialmente quando de sua elaboração pelos professores disseminadores.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos verificar, ao longo deste estudo, que os projetos desenvolvidos ao término do curso são muito importantes para a disseminação da temática na escola junto aos alunos, além de ser uma ferramenta importantíssima para favorecer a aprendizagem significativa da temática por parte dos mesmos.

Observamos, contudo, que para que o projeto alcance seus objetivos a contento é necessário o envolvimento e acompanhamento do projeto pela instituição mantenedora da escola onde o projeto é desenvolvido, para que sejam dados os suportes logísticos, administrativos e de material necessários para o desenvolvimento das ações nele contidas.

É preciso que os professores disseminadores se sintam parte integrante de uma política pública da instituição a que são vinculados, e que o projeto desenvolvido não é algo de cunho pessoal, tendo que arcar com todos os seus ônus, chegando inclusive a comprometer o interesse pela busca da inscrição no curso on-line de disseminadores de Educação Fiscal. É preciso que haja envolvimento da comunidade escolar como um todo, inclusive da direção e coordenação escolar, pois um projeto desta abrangência, quando trabalhado em parceria, traz resultados positivos para todos os envolvidos.

É preocupante que um projeto que tanto favoreceu para o despertar das consciências cidadã e fiscal de seus alunos, propiciando momentos tão ricos e marcantes de aprendizado, representando de forma tão competente e brilhante a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, diante da população, em grandes eventos e na imprensa local, com uma temática tão carente de bons exemplos como a preservação do patrimônio público, esteja em descrédito tanto por parte das próprias professoras que o elaboraram, quanto por parte do restante da comunidade escolar.

Entendemos que urge uma ação de revitalização da confiança dos professores na instituição maior, a fim de que estes sejam novamente

motivados a retomar o andamento das ações planejadas e que não puderam ser realizadas, retomando a divulgação da temática na escola.

Verificamos que por meio de projetos pedagógicos como este da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, a cidadania deixa de ser algo distante, uma palavra com significado abstrato, para ser algo cotidiano, quando os alunos passam a se ver como sujeitos possuidores de direitos e deveres diante do Estado, tendo inclusive a obrigação de exigir que seus direitos de contribuintes sejam respeitados e que os mandatários do poder público hajam de forma ética, tendo em vista que a máquina estatal deve ser usada para o bem comum, e não em usufruto próprio.

Devemos incentivar que mais projetos como este sejam desenvolvidos em nossas escolas, pois por meio de atividades onde os alunos se sintam realizando algo em favor de suas comunidades, está o embrião da verdadeira prática cidadã.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2004 (Coleção polêmicas do nosso tempo, vol. 56).

BARBOSA, Alice Mouzinho. **Cidadania Fiscal**. Curitiba: Juruá, 2005

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel G., NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões da nossa época, vol. 19).

CAPDEVILLE, Evely Najjar. **Cidadania: das ruas à sala de aula** in CURY, Carlos Roberto Jamil; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira (org.). **Educação, cidade e cidadania: Leituras de experiências socioeducativas**. Belo Horizonte: PUC Minas/ Autêntica, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção biblioteca da educação. Série 1. Escola, vol. 16)

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 4 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006 (Coleção direito, política e cidadania, vol. 03).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o Trabalho Científico que todo mundo pode saber, inclusive você**: explicitação das normas da ABNT. 2e. Porto Alegre: s. n., 2000.

KIPNIS, Bernardo. **Políticas Públicas em Educação Fiscal**. Brasília: ESAF, 2008.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense. 2007 (Coleção primeiros passos, vol. 250).

PROGRAMA Nacional de Educação Fiscal (Brasil). **Educação Fiscal no Contexto Social**. 3 ed. Brasília, 2004. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Coleção Educação contemporânea)

SELLITZ. et. al. Trad. de Dante Moreira Leite. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 5 reimp. São Paulo: E. P. U./ EDUSP, 1975.

SEVERINO. Antônio, Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VALLS, Álvaro L. M.. **O que ética**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção primeiros passos, vol. 177).

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA DE MANAUS
SEFAZ, SEDUC, SEMED, SEMEF, ESAF E RECEITA FEDERAL
GEFE – GRUPO ESTADUAL DE ED. FISCAL DO ESTADO DO AMAZONAS



CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
1º SEMESTRE – 2007
TURMA DEF 022 – AM 01
TUTORA: VALÉRIA LABORDA IZEL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ALUNOS(S)	
NOME: ROSÂNGELA DA SILVA GOMES	ESCOLA: MUNICIPAL JORN. SABÁ RAPOSO
NOME: MARIA NIFA MENDONÇA DOS SANTOS	ESCOLA: MUNICIPAL JORN. SABÁ RAPOSO
NOME: LEUDA SILVA DE CASTRO	ESCOLA: MUNICIPAL JORN. SABÁ RAPOSO
NOME: LUCIENE SOUZA DA COSTA	ESCOLA: MUNICIPAL JORN. SABÁ RAPOSO
NOME: MILEYDE DA SILVA IZEL	ESCOLA: MUNICIPAL JORNALISTA SABÁ RAPOSO
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
TEMA: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
OBJETIVOS	

GERAL:

FAZER PERCEBER A IMPORTÂNCIA DA CONCIÊNCIA FISCAL, FAVORECER O ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE CIDADANIA E SUA RELEVÂNCIA NA VIDA DO CIDADÃO.

ESPECÍFICOS:

- SENSIBILIZAR OS EDUCANDOS A RESPEITO DOS DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO, ENQUANTO CONTRIBUINTE FISCAL;
- PERCEBER O POTENCIAL TRANSFORMADOR DAS DECISÕES QUE TOMAMOS E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA QUAL SOMOS CONSTRUTORES.
- CONHECER A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DEMOCRACIA;
- CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO NO USO DA CIDADANIA;

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

TURNOS: VESPERTINO COM AS TURMAS: 6ª D//E/F, 7ª A/B/C/ED

1. PROJEÇÃO DO CD INTERATIVO "CURSO VIRTUAL DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL".
2. PRODUÇÃO DE UM JORNAL BASEADO NOS MÓDULOS DO CURSO
3. REALIZAÇÃO DE UMA PASSEATA COM TODA A ESCOLA COM O TEMA "CIDADANA"
4. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DO TEMA DURANTE AS AULAS, COM AS TURMAS QUE PARTICIPAM DO PROJETO;
5. REALIZAÇÃO DE UMA CULMINÂNCIA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2007: EXPOSIÇÃO DE CARTAZES ONDE SE TRABALHEM COM AS CHARGES E UMA PEÇA TEATRAL A RESPEITO DOS TRIBUTOS.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA DE MANAUS
SEFAZ, SEDUC, SEMED, SEMEF, ESAF E RECEITA FEDERAL
GEFE – GRUPO ESTADUAL DE ED. FISCAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
1º SEMESTRE – 2007
TURMA DEF 022 – AM 01

TUTORA: VALÉRIA LABORDA IZEL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES	
	MAIO	JUNHO
PROJEÇÃO DO CD INTERATIVO “CURSO VIRTUAL DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL”	29	

PRODUÇÃO DE UM JORNAL BASEADO NOS MÓDULOS DO CURSO	28 a 01\05	
REALIZAÇÃO DE UMA PASSEATA COM TODA A ESCOLA COM O TEMA "CIDADANIA"	18	
EXPOSIÇÃO DIALOGADA A RESEITO DO TEMA DURANTE AS AULAS, COM AS TURMAS QUE PARTICIPAM DO PROJETO	14\05 a	08\06
REALIZAÇÃO DE UMA CULMINÂNCIA: EXPOSIÇÃO DE CARTAZES ONDE SE TRABALHEM COM AS CHARGES E UMA PEÇA TEATRAL A RESPEITO DOS TRIBUTOS		21

[Portal da Cidade de Manaus](#)



Educação Fiscal

12/06/2008 16:48

Prefeitura promove encontro de Educação Fiscal

Com o objetivo de disseminar o Programa Nacional de Educação Fiscal em todas as escolas de ensino fundamental é que a Prefeitura de Manaus promoveu na manhã desta quinta-feira (12/6), no auditório da Secretaria Municipal de Educação (Semed), o encontro sobre a importância da Educação Fiscal no Currículo do Ensino Fundamental. O evento contou com a presença do prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, dos gestores e dos pedagogos municipais.

De acordo com o prefeito, desde os primórdios da história mundial sentiu-se a necessidade da sociedade dar a sua contribuição a fim do poder público oferecer retornos à sociedade em forma de serviços. “O Brasil avançou muito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que só se pode ter despesas se houver receita. Então, dessa maneira, vem a importância de formarmos uma nova consciência na sociedade. De tudo o que se compra ou consome tem imposto embutido. Por isso, temos muita confiança no trabalho de todos os gestores e pedagogos para que a consciência da cidadania seja despertada desde cedo nos nossos alunos. Com isso, caminharemos para formar uma geração mais crítica e consciente”, declarou Serafim, ressaltando ainda a importância de se pedir a nota fiscal, cujo dinheiro é revertido ao poder público para que possa prestar serviços com qualidade.

A participação de 40 mil alunos no Programa Nacional de Educação Fiscal e a formação de cerca de 200 educadores foi enfatizado pela secretária municipal de Educação, Kátia Vallina, como momento importante para que os gestores da rede municipal de ensino sejam sensibilizados para implementar a ação nas suas escolas. “Todas as crianças deveriam ser conscientizadas de que os recursos arrecadados são investidos na educação, na saúde e na segurança. Mas reforçamos que nesta administração municipal os impostos são bem aplicados, principalmente, na área da educação. Basta destacarmos que em breve estaremos inaugurando seis novas escolas. E até o final do ano outras cinco unidades educacionais chegarão à sociedade, além de quatro escolas totalmente reformadas”, informou a secretária, enfatizando ainda as 600 vagas abertas este mês para cursos de pós-graduação aos professores e aos gestores municipais.

Uma das formas de diminuir os índices de vandalismo. É desta forma que o coordenador geral do Grupo de Educação Fiscal do Amazonas, Augusto Bernardo Sampaio Cecílio, acredita ser um dos resultados do Programa na escola. “O aluno passa a entender que se pichar uma parede ou quebrar uma carteira é dinheiro que vem do bolso dos pais dele que está sendo jogado no lixo. Assim, batemos sempre que vandalismo é nocivo à sociedade”. Ele ministrou a palestra O Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef). No evento, também houve relato de experiência do projeto “Construindo a Cidadania”, da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, localizada no bairro Manoa Florestal, Cidade Nova, Zona Norte.

Entendendo o Programa

O Programa de Educação Fiscal – uma ação do Governo Federal (Ministérios da Fazenda e da Educação), em parceria com as secretarias municipais e estaduais de Educação e da Fazenda - tem a proposta de conscientizar estudantes de escolas públicas sobre a importância das arrecadações fiscais, dos impostos e dos tributos embutidos em todos os produtos e serviços atuais, defendendo que esses recursos voltem à sociedade em forma de políticas públicas, como novos postos de saúde, novas escolas e até servir para pagamento dos professores.

Desde 1999, esse programa já formou mais de 205 educadores da rede municipal de ensino, tornando-os multiplicadores para trabalhar a temática em sala de aula. Neste primeiro semestre de 2008, houve novo curso gratuito para formação de dez tutores (coordenadores) na área, de um total de 14 atualmente existentes.

A meta da ação é disseminar o Programa Nacional de Educação Fiscal em todas as escolas de ensino fundamental. Atualmente, 105 unidades educacionais do município trabalham o assunto em sala de aula, num total de 40 mil alunos atendidos pela ação.

De acordo com a coordenadora de Educação Fiscal pela Semed, Esther Souza Bento, este é um momento ímpar para sensibilizar gestores e pedagogos sobre a importância da inclusão da educação fiscal no currículo escolar. “Depois que os diretores e pedagogos cursarem o curso on-line de disseminadores de educação fiscal, bastará a criatividade do educador para colocar o projeto para funcionar na escola”, declara.

EXEMPLO DE CIDADANIA

Depois da capacitação de cinco professoras da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, no início de 2007, o programa Educação Fiscal passou a fazer parte da realidade de cerca de 700 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Dentro das disciplinas regulares, eles têm aulas sobre as arrecadações fiscais, sobre os tributos e os impostos. Além disso, também participam de palestras e até de visitas, como na Alfândega e ao Porto de Manaus. Hoje, a unidade educacional destaca-se por ser o pólo-base do Programa.

Para o diretor da escola, Francinaldo Ferreira de Oliveira, o projeto serve de exemplo para outras escolas e até para a sociedade de um modo geral. “Essa ação veio para resgatar a cidadania dos estudantes e da comunidade próxima à escola, que estavam apáticos sobre assuntos ligados, por exemplo, à gestão pública. Hoje, conseguimos passar informações sobre os impostos que os pais dos alunos pagam e que devem ser transformados em políticas públicas em prol da melhoria de vida da população”, comentou.

Atualmente, diz Francinaldo, os estudantes da Sabá Raposo têm consciência sobre a preservação do patrimônio da escola. “Eles aprendem que cada carteira e cada material pertencente à escola veio de arrecadação de tributos da própria sociedade. E isso é importante para que não haja mais depredação do patrimônio público. Espero que a nossa experiência possa incentivar outras unidades de ensino a aplicarem a educação fiscal em sala de aula”, destaca ele, revelando que esses educadores já apresentaram o projeto em vários eventos, como Encontro Estadual de Disseminação da Educação Fiscal e Encontro de Delegados da Receita Federal da Região Norte

Informações: Cristiane Silveira
Assessoria de Imprensa - SEMED
Telefone: 3643-6908
e-mail: asscom.semed@pmm.am.gov.br



Sugestão ESAF – Curso a distância
Disseminadores de Educação Fiscal
PROJETO PEDAGÓGICO 2º/ 2008

TÍTULO DO PROJETO: CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
INÍCIO: 02/ 2009	TÉRMINO: 12/ 2009
TEMA GERADOR: Patrimônio Histórico e Tributos	

APRESENTAÇÃO OU INTRODUÇÃO:

- Este trabalho é parte integrando do projeto “Construção da cidadania” já em andamento na Escola Municipal jornalista Sabá Raposo

Tendo a escola como principal função, o ensino é a aprendizagem no preparo dos membros da sociedade para inserção na vida social, cabe a ela também propiciar aos indivíduos condições de acesso à totalidade do conhecimento para que, como cidadãos conscientes e ativos, tornem protagonista da história. Esse projeto contou com a participação de cinco professores disseminadores de educação fiscal, da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, o qual visa oportunizar aos alunos e a comunidade em geral a formação consciente da cidadania. O projeto a “CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA” acontece através da participação e contribuição de todos, envolve uma postura de indivíduos com suas atitudes de valores, mediante ações que os levem as grandes transformações. Os direitos que constituem a cidadania são sempre conquistas, resultado de um processo histórico no qual indivíduos, grupos e nações lutam para adquiri-los e fazê-los valer. A cidadania também é uma prática e dialogo entre autoridades constituídas e a sociedade organizada. Com essa conscientização estaremos contribuindo na formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, e devem merecer a atenção de políticos, juristas e da sociedade como um todo. É importante que a nossa comunidade e a sociedade em geral sejam atuante e participante do exercicio da cidadania.

OBJETIVOS:

Geral: Fazer perceber a importância da consciência fiscal, favorecer o entendimento do conceito de cidadania e sua relevância na vida do cidadão.

Objetivos Específicos:

- ❖ Sensibilizar os educadores a respeito dos direitos e deveres do cidadão, enquanto contribuinte fiscal;
- ❖ Perceber o potencial transformador das decisões tomadas e a importância da história da qual somos contribuintes;
- ❖ Conhecer a trajetória histórica da democracia;

- ❖ Contribuir para a formação do aluno no uso da cidadania.

PÚBLICO-ALVO:

Estudantes do 1º ao 9º ano da Escola Municipal Jornalista Sabá Raposo, pais e circuito escolar.

METODOLOGIA:

- Aulas explicativas com o público envolvido;
- Apresentação de filmes;
- Antecipar teoricamente a trajetória de conhecimentos que lhes serão apresentados em visitação;
- Instruir os alunos quanto ao aproveitamento máximo nas visitas técnicas;
- Palestras no auditório da escola.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:**Ações:**

- Aulas expositivas com os professores disseminadores no auditório da escola;
- Exposição dialogada a respeito do tema durante as aulas, com as turmas participantes do projeto;
- Projeção do DVD interativo;
- Visita dos alunos envolvidos aos principais patrimônios históricos da cidade de Manaus;
- Visita Alfândega de Manaus;
- Visita ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes;

Recursos:

Ônibus, Câmera fotográfica, data-show, televisão, Notebook, caixa amplificadora, filmadora, microfone, Cartazes, impressora, material didático.

CRONOGRAMA (indicar as etapas e respectivos períodos de implementação):

Quando	Quem Fará	Quanto tempo
Fevereiro à Dezembro	Getúlio Valentim Gonçalves Josinete Job Leuda Silva de Castro Luciene Souza da Costa Maria Nifa M. dos Santos Mileide da Silva Izel Núbia da Costa Pantoja Rosângela da Silva Gomes	Onze meses

RESULTADOS ESPERADOS (relatar o que se pretende alcançar com a implementação do projeto):

Atingir os objetivos proposto no projeto

AVALIAÇÃO (definir critérios e tipos de atividades avaliativas):

- Participação efetiva dos alunos envolvidos;
- Avaliação do conhecimento adquirido por meio de um questionário;

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Este projeto estará sujeito a modificações e adaptações conforme necessárias dentro do ano de vigência

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

Programa Nacional de Ed. Fiscal – PNEF, 2ª Ed. Atualizada. Modulo I: Educação Fiscal no Contexto Social; Modulo II- Relação Estado Sociedade; Modulo III- Sistema Tributário Nacional; Modulo IV- Gestão Democrática dos Recursos Públicos.

EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

ESCOLA MUNICIPAL
JORNALISTA SABÁ RAPOSO
CURSO DISSEMINADORES DE
EDUCAÇÃO FISCAL



PRA SABER...

30 mil crianças morrem no Mundo a cada dia por falta de condições básicas de saúde

37% da população infantil do planeta vivem em pobreza absoluta

Grande parte da população não tem acesso à água potável.

Esse cenário é responsabilidade de todos, por isso é importante que a população participe das decisões.



Algumas iniciativas para aumentar a participação da população estão surgindo. Um bom exemplo é a Educação Fiscal.

Junho/2007

Volume 1, edição 1

Objetivos da Educação Fiscal:

1. DIREITOS E DEVERES
2. FUNÇÃO ECONÔMICA DO TRIBUTO
3. CONTROLE DEMOCRÁTICO

EDUCAÇÃO FISCAL É UM AMPLO PROJETO EDUCATIVO QUE OBJETIVA PROPICIAR O BEM-ESTAR SOCIAL, DE ACORDO COM A CONSCIÊNCIA CIDADÃ E DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS E DEVERES DO

- GRUPO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL:
- FRANCINALDO OLIVEIRA
- LEUDA CASTRO
- LUCIENE COSTA
- MARIA NIFA DOS SANTOS
- MYLEIDE IZEL
- ROSÂNGELA GOMES

A Educação Fiscal é uma iniciativa da Escola de Administração Fazendária- Esaf- em parceria com as Escolas Municipais e Estaduais e tem como objetivo maior discutir a questão tributária e ampliar os conhecimentos a respeito da participação popular nas decisões



MATERIAL PRODUZIDO DE ACORDO COM O CONTEÚDO DO CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL.



RELAÇÃO-ESTADO SOCIEDADE

ESCOLA MUNICIPAL
JORNALISTA SABÁ RAPOSO
CURSO DISSEMINADORES DE
EDUCAÇÃO FISCAL

Junho/2007

VOLUME 1, EDIÇÃO 1



A relação Estado sociedade é o resultado dos conflitos de interesse, das intenções e de sonhos, bem como, nossas decisões, nossos, valores e nossa visão.



O Brasil é uma republica federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural, etc.

A cada voto decidimos. Quando respeitamos o diferente, quando não jogamos lixo na rua, quando cuidamos de nós, dos que estão a nossa volta e do ambiente ao nosso redor, estamos construindo. Quando achamos natural crianças nas esquinas pedindo ou se prostituindo. A cada resposta ou cada omissão DEFINIMOS quem somos!

Ser CIDADÃO, é participar o máximo possível da vida em comunidade para que seja possível compartilhar com os semelhantes as coisas boas da vida - as materiais e as culturais. Ser cidadão - é ainda, opor-se a toda forma de não participação. Ser cidadão é, enfim, adotar uma postura em favor do bem comum

É necessária uma noção mais rica e complexa de desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva

São Poderes da União: Poder Legislativo (elabora as leis), Poder Executivo (executa as leis) e Poder Judiciário (fiscaliza o cumprimento das leis) estes, são, independente e harmônicos entre si.



GRUPO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL:

- FRANCINALDO OLIVEIRA
- LEUDA CASTRO
- LUCIENE COSTA
- MARIA NIFA DOS SANTOS
- MYLEIDE IZEL
- ROSÂNGELA GOMES

MATERIAL PRODUZIDO DE ACORDO COM O CONTEÚDO DO CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL



Sistema Tributário Nacional

ESCOLA MUNICIPAL
JORNALISTA SABÁ
RAPOSO

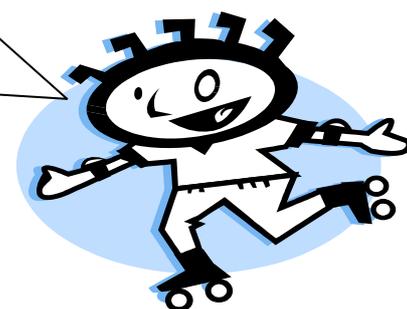
Junho/2007

Volume 1, edição 3

Examinamos o papel econômico e social do sistema tributário e dos orçamentos, com o objetivo de demonstrar que todos pagamos tributo e, em contrapartida e, todos temos o direito de participar do processo decisório de alocação do recurso público.



No momento em que o indivíduo passa a perceber a dinâmica e a importância desses processos para sua vida, opera-se uma mudança de paradigma. Amplia-se a consciência de que o tributo é a contribuição de todos para construirmos uma sociedade mais justa, o que só será possível com o controle popular do gasto



Essa consciência determina a mudança de comportamento em relação a sonegar e alversar recursos públicos, atos que passam a ser repudiados como crimes sociais, capazes de retirar dos cidadãos que mais dependem do Estado as condições mínimas para que tenham dignidade e esperança de construir seu futuro com autonomia e liberdade.

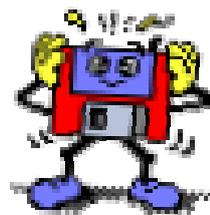
Nossos tempos requerem a formação desse novo cidadão, consciente, sensível e responsável, que pense global e aja localmente, sendo capaz de intervir e modificar a realidade social excludente a partir de sua comunidade, tornando-se, assim, sujeito da sua própria história.

DISSEMINADORES
DE EDUCAÇÃO
FISCAL:

- FRANCINALDO OLIVEIRA
- LEUDA CASTRO
- LUCIENE COSTA
- MARIA NIFA DOS SANTOS
- MYLEIDE IZEL
- ROSÂNGELA GOMES

MATERIAL PRODUZIDO DE
ACORDO COM O CONTEÚDO
DO CURSO DE
DISSEMINADORES DE
EDUCAÇÃO FISCAL

Não existe, evidentemente, democracia absoluta. Ela é sempre incompleta. Mas sabemos que vivemos em uma época de regressão democrática, pois o poder tecnológico agrava cada vez mais os problemas econômicos. Na verdade, é importante orientar e guiar essa tomada de consciência social que leva à cidadania para que o indivíduo possa



2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.	Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.	Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;	Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.	Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.	Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
--	--	---	--	---	--

Orçamento Público

ESCOLA MUNICIPAL
JORNALISTA SABÁ RAPOSO
EDUCAÇÃO FISCAL

É um instrumento legal por meio do qual o governo estima o que arrecada e o que gasta, seja na União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Quem o elabora é o



Junho/2007

Volume 1, edição 4

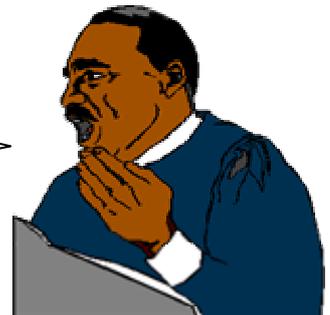
O sistema orçamentário brasileiro é composto por três instrumentos principais: a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e o **Plano Plurianual (PPA)**. O Plano Plurianual, que vigora por quatro anos,

O sistema orçamentário brasileiro está definido nos arts. 165 a 169 da Constituição Federal. O sistema orçamentário brasileiro tem três importantes dimensões, todas de interesse direto para a sociedade.

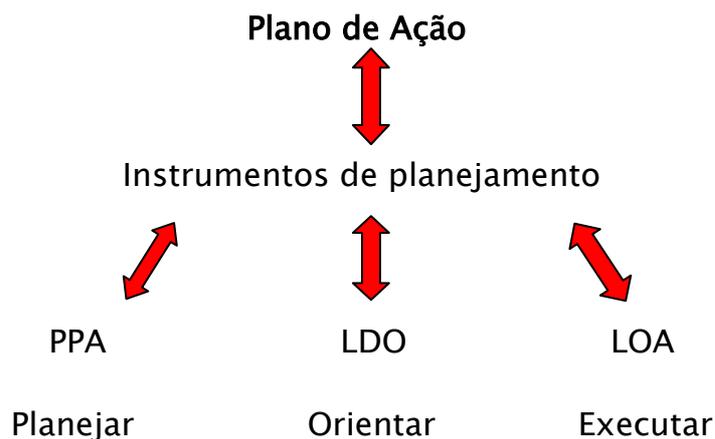
A primeira é a dimensão jurídica: o orçamento público tem caráter e força de lei,

A segunda é a dimensão econômica.

A terceira dimensão - a dimensão política



Essas três dimensões revelam que, o sistema orçamentário brasileiro compõe-se não apenas de leis, mas, de todo um institucional composto de vários elementos: agentes políticos e entidades dos três Poderes; as relações entre esses agentes e os eleitores e segmentos organizados da sociedade; e as regras formais e informais que disciplinam essas relações. Assim temos:



DISSEMINADORES DE
EDUCAÇÃO FISCAL:

- FRANCINALDO OLIVEIRA
- LEUDA CASTRO
- LUCIENE COSTA
- MARIA NIFA DOS SANTOS
- MYLEIDE IZEL
- ROSÂNGELA GOMES

MATERIAL PRODUZIDO DE
ACORDO COM O CONTEÚDO
DO CURSO DE
DISSEMINADORES DE
EDUCAÇÃO FISCAL